

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANAPAULA DE SOUZA BAGANHA

**O TEATRO COMO POSSIBILIDADE DE SER (OU NAO) INSTRUMENTO DE
FORTALECIMENTO DE VÍNCULO FAMILIAR**

GOIÂNIA
2015

ANA PAULA DE SOUZA BAGANHA

**O TEATRO COMO POSSIBILIDADE DE SER (OU NAO) INSTRUMENTO DE
FORTALECIMENTO DE VÍNCULO FAMILIAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria José Pereira Rocha.

Linha de Pesquisa: Política Social, Movimentos Sociais e Cidadania.

GOIÂNIA
2015

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

Baganha, Ana Paula de Souza.

B144t O teatro como possibilidade de ser (ou não) instrumento de fortalecimento de vínculo familiar [manuscrito] / Ana Paula de Souza Baganha– Goiânia, 2015.
100 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Strito Senso* em Serviço Social, 2015.

“Orientadora: Profa. Dra. Maria José Pereira Rocha”.
Bibliografia.

1. Política social. 2. Família. 3. Capitalismo. I. Título.

CDU 364.64(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA PAULA DE SOUZA BAGANHA

O TEATRO COMO POSSIBILIDADE DE SER (OU NAO) INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULO FAMILIAR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social defendida em: ___/____/_____.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Maria José Pereira Rocha – PUC - Goiás (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Eleusa Bilemjian Ribeiro (Convidada externa)

Prof.^a Dr.^a Maria Conceição Sarmiento Padial Machado – PUC-Goiás

Prof.^a Dr.^a Maisa Miralva da Silva – PUC - Goiás (Suplente)

Para minha mãe, Maria das Graças, por me apoiar durante toda essa trajetória. Para meu esposo Ubirajara, pela compreensão da necessidade de ficarmos distantes. E para meu filho Heitor, por me acariciar nos momentos de desespero.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a espiritualidade de luz, pela força recebida durante a realização desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa *stricto sensu*, sem a qual não seria possível a realização deste mestrado.

À secretaria do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Serviço Social, Amanda Peres, pelo respeito e confiança que sempre teve comigo.

À Prof.^a Dr.^a Maria José Pereira Rocha, pela orientação dedicada, sempre paciente e amorosa, contribuindo para que eu pudesse dar continuidade aos estudos.

À Prof.^a Dr.^a Eleusa Bilemjian Ribeiro, pelo amor, carinho e dedicação. E, principalmente, pelo enorme incentivo no ingresso ao mestrado e por ter me presenteado com a sua importante participação nesta banca.

À Prof.^a Dr.^a Maísa Miralva da Silva, pela atenção e sinceridade, e por aceitar participar desta banca.

Ao meu esposo e companheiro Ubirajara de Souza Cavalcanti de Melo, pelo incentivo e apoio do início ao fim do mestrado.

Ao meu filho Heitor de Souza Cavalcanti de Melo, pelo afago e compreensão dos momentos ausentes e pelas palavras lindas, acompanhadas de uma flor: “Mamãe, essa flor é para você, não se preocupe, vai dar tudo certo.”

À minha mãe e às minhas irmãs, que dividiram comigo a árdua trajetória de ser mãe e estudante ao mesmo tempo.

Às minhas amigas, Sandra Gomes Ramos, Miriam Antônia Rodrigues Filha, Catia Moreira Pascutti, Juliana Duarte de M. Castro, Luzenir Corrêa de Oliveira Pires, Cláudia Correia, Cláudia Veiga, Janaina Cantuário e Marina Burjack, pela amizade verdadeira, cheia de amor e carinho.

“Abrir as cortinas e observar o cenário onde as juventudes realizam suas cenas, desvelando a realidade do ponto de vista dos sujeitos que vivenciam em seu cotidiano um contexto marcado por violações e garantias de direitos humanos, percebendo e questionando o cenário onde atuam, mostra-se como um grande desafio” (SHERER, 2013, p.173).

RESUMO

Esta dissertação busca descrever e analisar as atividades desenvolvidas pela Casa da Juventude Pe. Burnier (CAJU) - Instituto de Formação, Assessoria e Pesquisa Juvenil - na cidade de Goiânia, Goiás, no período de 2013 a 2014, e sua contribuição para o fortalecimento de vínculo familiar e social. Sendo assim, coube pensar o teatro como estratégia política para a juventude, a partir do cumprimento dos objetivos propostos pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), fundamentados em categorias de análise como *política social*, *questão social*, *filantropia*, *assistência social* e *arte do teatro*, para repensar a realidade e questionar seu *status quo*. Para isso, as práticas de teatro foram analisadas como possibilidade de ser (ou não) instrumento de fortalecimento de vínculo, tendo como eixo norteador fontes de referência no assunto e o levantamento histórico para compreender os acontecimentos que antecedem a política de assistência social, o sistema capitalista e seu reflexo na sociedade. Os resultados obtidos apontaram para as formas de enfrentamento das vulnerabilidades sociais sob a ótica de direitos, constituindo-se em uma proposta desafiadora, com foco nos usuários, na construção e reconstrução de suas histórias, tanto no âmbito individual quanto coletivo, familiar e social. Desse modo, foi possível observar como o serviço de fortalecimento de vínculo permite pensar o teatro como instrumento e estratégia de atuação por entender que a arte teatral contribui para ampliar os horizontes sociais e culturais nas diversas fases da vida do ser humano, à luz da política social e dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Política Social. Capitalismo. Fortalecimento de Vínculo.

ABSTRACT

This paper aims to describe and analyze the activities of the Youth House of Pe. Burnier (CAJU) - Institute of Training, Consultancy and Research Trainee - in Goiânia, Goiás, in the period 2013-2014, and its contribution to the strengthening of family and social ties. So think fit the theater as a political strategy for youth, from the fulfillment of the objectives proposed by the Organic Law on Social Assistance (LOAS), the National Social Assistance Policy (PNAS) and the Basic Operational Norm/Unified Assistance System Social (NOB/SUAS), based on analysis of categories such as social policy, social issues, philanthropy, social work and art of the theater, to rethink the reality and question the *status quo*. For this, theater practices were analyzed as a possibility to be (or not) link-building tool, with the axis guiding reference sources on the subject and the historical survey to understand the events leading up to social welfare policy, the system capitalist and its effects on society. The results pointed to the coping of social vulnerabilities from the perspective of rights, thus becoming a challenging proposal, focusing on users in the construction and reconstruction of their stories, both at the individual and collective, family and social. Thus, it was possible to observe how the link building service allows to consider the theater as a tool and action strategy for understanding the theatrical art contributes to enlarge the social and cultural horizons at different stages of human life in the light of policy social and human rights.

Keywords: Social Policy. Capitalism. Building link.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJEAS	Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAJU	Casa da Juventude
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CEBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CIB	Comissão Intergestores Bipartite
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conferência Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRDH	Centro de Referência em Direitos Humanos
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DOU	Diário Oficial da União
DST	Doença Sexualmente Transmissível
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
OSCIP	Organização da Sociedade Civil do Interesse Público
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado à Família e aos Indivíduos
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL.....	15
2.1 A Origem do Capitalismo na Europa.....	16
2.2 O Capitalismo no Brasil.....	21
3 QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL.....	24
3.1 A Questão Social.....	29
3.2 Da Filantropia às Políticas Sociais.....	37
4 A ARTE NA CASA DA JUVENTUDE.....	59
4.1 A CAJU e sua Ação Social.....	61
4.2 Os Jovens e os Programas Artísticos da CAJU.....	69
4.3 A Arte e o Fortalecimento de Vínculo Familiar.....	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXO A – QUESTIONÁRIO.....	94
ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO.....	95
ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	97

1 INTRODUÇÃO

A ampla dimensão da arte pode ser visualizada em suas múltiplas expressões, nas letras das canções, nos versos das poesias e na tela dos pintores. Enquanto instrumento de conhecimento e socialização, a arte contribui para o desenvolvimento do ser humano em seu processo social e cultural por meio de variadas manifestações artísticas e diversas modalidades de linguagem que buscam um novo olhar para o mundo e novas possibilidades de abordagem.

No início da humanidade, a arte constituiu-se como forma de comunicação e de registro histórico. O homem pré-histórico descrevia nas paredes das cavernas um pouco da sua própria vida - traços elementares de interpretação do homem contemporâneo para compreender o passado. As pinturas rupestres, assim como o teatro, retratavam a arte do cotidiano, interpretando a vida habitual e social em que os indivíduos estão inseridos.

Para o diretor de teatro, dramaturgo e ensaísta brasileiro, fundador do Teatro do Oprimido Augusto P. Boal, o teatro está aliado à ação social, podendo ser compreendido como instrumento de emancipação política nas áreas de educação, saúde mental e no sistema prisional. Nas palavras de Boal (2005), que tem inspiração nas propostas do educador Paulo Freire: “O teatro dá ao indivíduo a possibilidade de desconstruir paradigmas e reformular conceitos, oferecendo-lhe uma nova maneira de intervir na sua própria realidade” (BOAL, 2005, p.88).

Nesse sentido, o teatro põe em prática o exercício da cidadania, a vivência em grupo, o interesse pelo conhecimento e a integração com outras pessoas. Por isso, pensar o teatro como possibilidade de ser (ou não) instrumento de fortalecimento de vínculo, por entender que a arte teatral contribui para ampliar os horizontes sociais e culturais, nas diversas fases da vida do ser humano, à luz da política social, tornou-se o principal objetivo desta pesquisa, que consiste em analisar como as atividades teatrais desenvolvidas com os adolescentes da Casa da Juventude Pe. Burnier (CAJU), no município de Goiânia, têm contribuído para o fortalecimento dos vínculos familiares.

Sendo assim, coube por meio da pesquisa pensar se o teatro é estratégia política para a juventude, a partir dos resultados das atividades teatrais no cumprimento dos objetivos propostos pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela Norma

Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), fundamentados em categorias de análise como *política social*, *questão social*, *filantropia*, *assistência social* e *arte do teatro*, para repensar a realidade e questionar o nosso *status quo*.

A escolha deste tema deve-se aos momentos vivenciados com crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social nas cidades satélites de Brasília, no período de 2009 a 2010, quando foi possível constatar a relevância de práticas artísticas (teatro, dança, capoeira e música) no processo de integração, fazendo-os se sentirem seres humanos e cidadãos de direitos. Sensações de prazer, alegria, motivação e a prática da cidadania foram presenciados a todo momento durante essas atividades culturais. Diante disso, verificou-se a necessidade de analisar a contribuição do teatro na vida de jovens em situação de vulnerabilidade social buscando verificar se a atividade pode ser usada ou não no fortalecimento de vínculos familiares e sociais daqueles que frequentaram a Casa da Juventude, na capital do estado de Goiás, no período de 2013 a 2014.

Vista como prática social, a arte desperta a consciência crítica do indivíduo em sociedade. Assim, ao analisar se as atividades teatrais desenvolvidas com os adolescentes da CAJU, buscou-se saber se elas contribuem ou não para o fortalecimento de vínculo familiar e social e como estratégia de reflexão da realidade socioeconômica cultural e familiar, e em demais instituições dedicadas à educação, à assistência e ao cuidado com o outro.

Ao atuar como espaço de possibilidades, a arte concebe manifestações artísticas e culturais além do entretenimento, viabilizando um poder político para os sujeitos, uma vez que os instiga à uma visão crítica e objetiva na transformação social, como bem afirma Boal (2005, p. 68): “[...] os sujeitos a conhecer melhor eles mesmos e ao seu tempo, tendo como finalidade transformar a realidade da melhor maneira [...]”

A juventude moderna, compreendida como um período de construção de identidade e de definição de projetos futuros, vive em uma sociedade marcada pelas grandes distâncias sociais, desigualdades e diferenças em função dos níveis sociais, raciais, de renda, entre outros. Por meio do teatro, muitos jovens têm a oportunidade de encenar sua própria história, expressando sentimentos, ansiedades, medos, redescrivendo a si e o contexto em que vivem. Assim, no que diz respeito às políticas públicas de juventude, o desafio é combinar projetos e ações que

assegurem igualdade de direitos e cidadania, pautados na valorização da diversidade juvenil por meio de ações afirmativas e respostas às demandas que dizem respeito à atual condição juvenil, haja vista que a conjugação desses aspectos exige um novo paradigma sobre as vulnerabilidades e potencialidades dos diferentes segmentos da juventude brasileira.

Portanto, a análise sobre o teatro como instrumento de fortalecimento de vínculo familiar e social justifica-se enquanto espaço aberto aos jovens para diversas formas de expressão, pois eles podem, por meio do teatro, atuar, dançar, cantar, ler e interpretar linguagens que representam o homem em todo o seu contexto histórico e social e expressam suas ações, pensamentos e culturas.

Diante disso, esta pesquisa buscou analisar e compreender o teatro como instrumento educativo, produtor de mudanças significativas na vida dos jovens com capacidade de construir outra realidade, mostrando a necessidade de colocar as culturas juvenis em foco, por representarem “[...] modos de vida específicos e práticas cotidianas que expressam um conjunto de significados compartilhados, um conjunto de símbolos específicos que sinalizam o pertencimento a um determinado grupo [...]” (FREITAS; PAPA, 2003, p. 187).

Sendo assim, para que jovens tenham acesso a uma cultura que transforme seus atos, seu pensamento crítico, tornando-se conhecedores de si mesmos e do meio em que vivem, a sociedade civil deve garantir o que está previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) como direito social: saúde, educação, moradia, lazer, cultura e outros, devendo também disponibilizar espaços de protagonismo, ou seja, lugares em que os jovens possam se expressar, falar, sentir, reclamar, argumentar e propor mudanças para si, sua escola e sua comunidade. Diante dessa perspectiva, os espaços de protagonismo juvenil tornam-se requisitos para inclusão social do indivíduo, bem como o acesso a serviços de educação, saúde e segurança, tornando o jovem um “ator social” do elenco da sociedade civil que atua num cenário considerado público” (SOUZA, 2008, p. 43).

Deste modo, para apreender melhor este processo, foram selecionados, durante o período de novembro e dezembro de 2014, alguns jovens, pais e responsáveis pelo projeto artístico na Casa da Juventude. A seleção dos sujeitos se deu de forma voluntária, a partir da pesquisa qualitativa, na qual os dados ganham vida através da análise e da interpretação das informações e narrativas. Assim, com base nos estudos de fontes bibliográficas, documentais e por meio de entrevistas

semiestruturadas, foi possível, em um universo de oitenta (80) jovens, selecionar trinta (30) no próprio ambiente de atividades teatrais que concordaram em participar da pesquisa, porém, apenas quinze (15) se disponibilizaram a falar. Quanto aos pais e ou responsáveis, num universo de vinte (20) selecionados por meio de contato telefônico, apenas dez (10) se disponibilizaram a colaborar. Os jovens voluntários, que se prontificaram a falar, participavam assiduamente da oficina de teatro. Foi incluso na pesquisa também os relatos do coordenador do projeto, da Assistente Social e do professor de teatro.

Para a análise dos dados investigados, foi utilizado o método de conteúdo sugerido por Triviños (1992, p. 60): um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens, possibilitando almejar conclusões e hipóteses.

Os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, dentro dos princípios éticos respaldados pelos esclarecimentos constantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Anexo C), com base no método dialético-crítico empregado e na Teoria Social, dado o entendimento de que é necessária uma relação entre o sujeito que pesquisa e o objeto pesquisado.

Durante a coleta de dados, contou-se com certa dificuldade, pois os jovens, considerando suas diversas características, demonstraram timidez em suas falas, ficando, às vezes, confusos, ansiosos e descomprometidos em falar nos dias agendados, solicitando sempre uma nova data. Mas vale ressaltar que foram sempre receptivos e simpáticos ao responder todas as perguntas. Já os encontros com familiares foram positivos, pois eles não se opuseram em nenhum momento, todos estavam sempre dispostos a falar sobre a Casa da Juventude e o reflexo na vida de seus filhos.

Os profissionais da Casa da Juventude (professor de teatro, coordenador do projeto, psicóloga e assistente social) contribuíram imensamente para a análise, facilitando o acesso aos jovens e às informações cadastradas na instituição, arquivos, cadastros, informações de endereços, nome dos responsáveis e telefones de contato. Posteriormente, os dados foram agrupados e analisados. No decorrer do processo de tabulação, foram feitos recortes por relevância das categorias de análises, com base na revisão bibliográfica, levando em consideração os objetivos

específicos, bem como fatos relevantes e assuntos de interesse registrados por ocasião das entrevistas.

Sendo assim, o primeiro capítulo traz um breve histórico do capitalismo na Europa e no Brasil, assim como o reflexo do sistema capitalista em questões sociais, visualizando o contexto histórico constituído pela exploração e pela força de trabalho, produzida e reproduzida como mercadoria, sob o contexto da acumulação capitalista. O segundo evidencia a questão social e as formas de seu enfrentamento, pontuadas por reivindicações da classe trabalhadora por melhores condições de vida e direitos sociais, dando origem às várias formas de políticas de proteção social. E o terceiro ressalta a arte na Casa da Juventude, uma instituição sem fins lucrativos, regulamentada pela Política Nacional de Assistência, que tem como objetivo atender jovens em situação de vulnerabilidade social, propiciando-os oportunidades de utilizar, por meio da arte, as diversas maneiras de se expressar através da dança, do teatro, do planejamento de vida e ou do acesso tecnológico, num contexto de direito de cidadania e protagonismo juvenil.

Espera-se, por conseguinte, que os resultados obtidos e as análises dos dados possam contribuir para o aprofundamento do debate e da discussão sobre o fortalecimento de vínculo familiar e social na Casa da Juventude, no município de Goiânia.

2 CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL

Este capítulo objetivou analisar a origem do capitalismo no Brasil e na Europa, bem como o reflexo da “questão social”, sendo o Brasil reconhecido por sua particularidade histórica escravista. Para melhor reflexão dessa temática, destaca-se a raiz da “questão social” como decorrente do processo histórico capitalista, embora essa visão não seja corroborada por vários autores. Nos dizeres de Yamamoto e Carvalho (1995, p. 77):

A questão social não é se não as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão.

O processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital remete à incorporação permanente de inovações tecnológicas capitalistas, tendo em vista sua lógica e o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. Sendo assim, é indispensável voltar alguns séculos e localizar a gênese do capitalismo, isto é, analisar os fatores que levaram esse processo de exploração e pauperização da classe trabalhadora (realidade acentuada no século XIX), que requer compreensão do período chamado por Marx de ‘acumulação primitiva do capital’.

Para Santos (2012, p. 32), “[...] os conhecidos ‘cercamentos’ das terras se fizeram objetivando gerar uma oferta de trabalho adequada às necessidades do capital que, para dar lucro, precisa, necessariamente, explorar a força de trabalho” [...]. Esse modelo vai se fortalecer com o advento da máquina, pois esta requer menos trabalhadores, gerando assim o que Karl Marx chama de “exército de reserva”.

Para os capitalistas, o surgimento da máquina favoreceu o esvaziamento do campo e o deslocamento de trabalhadores para a cidade, assim a contratação de mão de obra barata tornou-se mais e a oferta de emprego um problema, pois havia muitos trabalhadores e poucas vagas nas cidades. O salário pago, insuficiente ao sustento de uma família, não correspondia ao excesso de horas trabalhadas nas fábricas. Neste momento de subsunção formal do trabalho ao capital, a

transformação do imenso contingente de lavradores expropriados em trabalhadores assalariados não foi algo rápido e automático. Como afirma Santos (2012, p. 34):

Entre outras razões, por traços da cultura que determinam ritmos e disciplinas bastantes diferentes entre o trabalho agrícola e os das manufaturas nascentes. [...] as “escolhas” que se colocavam no horizonte desses sujeitos incluíam, além do assalariamento, a mendicância, a “vadiagem” ou mesmo a ladroagem, largamente utilizadas como forma de resistência às novas relações sociais emergentes.

Assim, leis que coíbiam tais fenômenos foram promulgadas impelindo trabalhadores assalariados na utilização de instrumentos de tortura como punições àqueles que resistissem às necessidades do capital, mantendo baixos os salários e estendendo a jornada de trabalho. Também havia pena a quem pagasse salários acima da tarifa legal estabelecida. Sobre essa questão social, Santos (2012, p. 34) afirma:

[...] nada no processo que originou pode ser classificado como natural. Todos os fenômenos que comparecem em sua gênese e reprodução têm causalidades sociais, embora tenha sido aparentemente naturalizado no curso dos acontecimentos.

Este breve antecedente que culminou no processo da questão social contribuiu enormemente para que esse assunto não fosse esquecido, tornando-se fundamental para compreender o passado e sua manifestação no presente.

2. 1 A Origem do Capitalismo na Europa

O capitalismo surge no continente europeu, em países como Alemanha, França e Inglaterra, e compõe-se de três fases: pré-capitalismo, capitalismo industrial e capitalismo monopolista-financeiro. A última fase, que marca o fim do regime feudal e o fortalecimento da indústria, dando início ao capitalismo monopolista, visa à ampliação da produção e o aumento do lucro.

Desde o início, o sistema apresentou contradições no seu desenvolvimento. As mazelas sociais se agravam devido à exploração da força de trabalho de homens, mulheres e crianças, e a transformação gerada provoca divisão social e desigual da força de trabalho e das classes sociais, além de exploração e exclusão social.

Segundo Martinelli (1993, p. 54),

[...] o capitalismo fez de tal processo de expansão umas das páginas mais violentas na história da relação capital-trabalho. Instaurando-se como uma forma peculiar de sociedades de classes fundada sob a compra e venda da força de trabalho, revelou desde logo a sua força opressora em relação ao proletariado. Com o capitalismo se institui a sociedade de classe e se plasma um novo modo de relações sociais, mediatizadas pela posse privada de bens. O capitalismo gera o mundo da cisão, da ruptura, da exploração da maioria pela minoria, o mundo em que a luta de classes se transforma na luta pela vida, na luta pela superação da sociedade burguesa.

Assim, as mudanças ocorridas com o surgimento do sistema capitalista, “exploração da maioria pela minoria”, foram baseadas na divisão social do trabalho e no processo das relações de produção entre capital e trabalho, proprietários e proletariados. Como ressalta Iamamoto (2001, p. 37), “Na sociedade de que se trata, o capital é a relação social determinante que dá a dinâmica e a inteligibilidade de todo o processo da vida social”.

Deste modo, sendo o capital determinante, a maioria desprovida de renda fica à mercê da minoria burguesa, que explora e aliena, submetendo as classes menos favorecidas a sua opressão e superioridade. Foram os conflitos de classe, na gênese do capitalismo, a partir do século XIX, que deram origem à classe burguesa, detentora dos meios de produção, e à classe proletária, vendida para o sistema por sua força de trabalho. Essa relação de produção marca a pauperização da classe proletária, como bem afirma Netto (2011, p. 19):

Na tradição teórica, que vem de Marx, está consensualmente aceito que o capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que envolvia. Trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos leninianos, tornou-se conhecido como o estágio imperialista.

A dinâmica desse sistema consiste na exploração do trabalho como motor de direcionamento da riqueza, e inicia-se com a expropriação dos camponeses e de suas terras, principalmente no período de cercamento, para criar ovelhas. O grande número de desempregados, após o processo de industrialização, também contribuiu para os atritos sociais. Dessa forma, o modo de produção, especificamente capitalista, e a gênese da questão social chegam ao século XIX historicamente

constituídos pela grande indústria que opera o trânsito da subsunção real do trabalho ao capital.

Diante desse cenário, Santos (2012, p. 35), assim, descreve:

O tear e a máquina a vapor constituem a base técnica da primeira revolução industrial, que se estende até meados do século XIX. [...] entre 1815 e 1840, a maior expressão dessa revolução no berço do capitalismo mundial, a Inglaterra, ficou praticamente restrita a indústria têxtil, pois embora presente em outros ramos produtivos seu impacto foi, do ponto de vista comparativo, bastante reduzido. Várias razões justificam esse fato, sendo as mais importantes o volume bem maior de trabalhadores empregados na indústria têxtil e o peso econômico desta na economia inglesa.

Nesse processo acentuado de pauperização da classe trabalhadora, na Inglaterra e fora dela, a realidade norte-americana, segundo Huberman (1976, p. 126-127), apresentava rastros da desigualdade:

Casas superlotadas, sujas e em mau estado, roupas esfarrapadas e reclamações frequentes sobre a comida insatisfatória, tanto na qualidade como na quantidade caracterizam os lares pesquisados, crianças de menos de 16 anos trabalhavam em 96 das 129 famílias estudadas. Metade delas tinha menos de 12 anos. Trinta e quatro tinham 8 anos e menos, e doze tinham menos de cinco anos [...] sempre nos batiam se adormecíamos. O capataz costumava pegar uma corda da grossura de meu polegar, dobrar e dar-lhe em nós [...].

Mulheres e crianças ofereciam menor resistência à disciplina dos processos de trabalho, mas “[...] eram úteis também às necessidades crescentes de superexploração da força de trabalho como forma de superar as pequenas crises que resultavam na queda da taxa de lucro” (SANTOS, 2012, p. 36). A necessidade de valorização do capital permitia a utilização não apenas da mão de obra infantil e feminina, mas de todos os trabalhadores em extensas jornadas de trabalho, pois as máquinas estavam prestes a cair em desuso com a velocidade de novas invenções.

A premissa dos capitalistas era fazer as máquinas funcionarem diuturnamente, impondo uma jornada média de 16 horas aos operários, em diferentes turnos de trabalho. Associava-se essas condições de trabalho à intensidade e ao ritmo cada vez mais ditado pelas máquinas, sob rígida supervisão de capatazes [...]. (SANTOS, 2012, p. 36-37).

A gênese da questão social com o progresso da produção capitalista desenvolve-se com a classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume, aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes.

Assim, o capitalismo chega ao século XIX com sua forma histórica baseada na grande indústria. E diante de

[...] significativas expressões da “questão social” no período de sua gênese, não se pode deixar de mencionar que a precariedade dessas condições de moradia e trabalho repercutia amplamente nos valores estruturantes de sua sociabilidade, o que preocupa aos filantropos, mas também ao movimento operário. São exemplos disso as altas taxas de natalidade, incluindo-se aí a prostituição, o alcoolismo [...]. (SANTOS, 2012, p. 38).

Para tanto, Martinelli (1993, p. 36-37) assinala que tais fenômenos são uma necessidade do capital e sublinha que:

A contradição de que é portador, proporcionando as condições para o surgimento da solidariedade entre os trabalhadores, vivendo nas mesmas localidades e sofrendo as mesmas agruras da vida operária, os trabalhadores começam a superar a heterogeneidade e aos poucos vão se definindo e assumindo estratégias que configuram a sua forma de protesto, a sua recusa a serem destruídos pela máquina, devorados pelo capitalismo.

Nesse sentido, ocorrem inúmeros protestos de diferentes segmentos da classe trabalhadora que foram ocasionando a consciência de classe, culminando no movimento revolucionário de 1848. O proletariado, reconhecendo sua condição econômica e a necessidade política de seu protagonismo como classe, no enfrentamento de tais condições, representadas pelas formas de oposição dos trabalhadores à exploração capitalista, que se deu bem antes de 1830, manifestou-se contra as práticas vigentes.

Ao refletir sobre as várias manifestações espontâneas de luta contra as novas condições que estavam gestando, Santos (2012, p. 39) afirma que eram frequentes

[o]s motins e protestos desesperados, a rebelião sem liderança e a utilização de violência entre os próprios trabalhadores, como foi o caso de inúmeras agressões a imigrantes que eram vistos como inimigos por disputarem os postos de trabalho disponíveis.

Contudo, apesar das várias formas de lutas que antecedem a gênese da questão social, destaca-se

[o] movimento ludita de destruição das máquinas [...] embora demonstre algum grau de organização mais coletiva, esse movimento da primeira década do século XIX ainda não atesta a consciência de classe para si, uma vez que era incapaz de mirar o alvo correto, ou seja, de captar que atingindo as máquinas não atingiam seu verdadeiro opositor: O capitalista.

Este último, tendo a seu lado o parlamento, instituiu penalidades que poderiam chegar à pena de morte aos participantes desse tipo de protesto. (SANTOS, 2012, p.40).

Do mesmo modo que se intensificavam as condições de exploração, foram emergindo outras formas de organização e difusão das lutas operárias, como sindicatos, manifestações públicas, a imprensa operária e as greves gerais.

Com a Revolução Industrial, o sindicalismo deu passos tremendos. Isso tinha que ocorrer porque a Revolução Industrial trouxe consigo a concentração dos trabalhadores nas cidades, a melhoria dos transportes e comunicação, essencial a uma organização nacional, e as condições que fizeram tão necessário o movimento trabalhista. A organização da classe trabalhadora cresceu com o capitalismo, que produziu a classe, o sentimento de classe e o meio físico de cooperação e comunicação. (HUBERMAN 1976, p. 40).

Os acontecimentos da Revolução Industrial provocaram a luta sindical de base classista em defesa da democracia política, marcada pela greve geral de 1842 e a Carta do Povo, quando “[...] importantes conquistas foram obtidas por meio desse movimento [...]”, como a “[...] regulamentação da jornada de trabalho de 10 horas” [...]. (SANTOS, 2012, p. 41). Diante disso:

O quadro que emerge da “grande depressão”, a partir de meados dos anos 1840, acentua o clima de insatisfação da grande maioria da população que passava pelas privações decorrentes da baixa produtividade agrícola: a fome veio acompanhada do aumento do custo de vida em decorrência da alta nos preços dos alimentos e também do desemprego. (SANTOS, 2012, p.41).

Esses acontecimentos, também ressaltados por Hobsbawm (2005a, p. 226), mostram que:

A situação dos trabalhadores pobres, e especialmente do proletariado industrial que formava seu núcleo, era tal que a rebelião era não somente possível, mas virtualmente compulsória. Nada foi mais inevitável na primeira metade do século XIX do que o aparecimento dos movimentos trabalhistas e socialista, assim como a intranquilidade revolucionária das massas. A revolução de 1848 foi sua consequência.

As nuances da questão social, resultante dos mecanismos de exploração do trabalho pelo capital, explicitam-se por meio das lutas de 1848. No entanto, não se referem somente ao intenso processo de pauperismo, mas, “[...] sobretudo, à problematização desse quadro do ponto de vista político, tendo em vista seus

fundamentos e apontando a necessidade de sua superação sob outra forma de organização produtiva” (SANTOS, 2012, p. 43).

Assim, com base nas características históricas da Europa ocidental, Inglaterra e França emergem como os dois principais centros capitalistas do século XIX. E, indiscutivelmente, mesmo diante das derrotas sofridas, é perceptível que as formas de protesto dos trabalhadores ampliaram sua percepção enquanto classe, na medida em que as reivindicações políticas se somaram às econômicas, delineando um horizonte de superação da sociedade burguesa, mostrando “[...] que o confronto principal não era entre “pobres” e “ricos”, e, sim, entre trabalhadores, operários e patrões, capitalistas; era contra a exploração do trabalho pelo capital”(SANTOS, 2012, p. 43).

2.2 O Capitalismo no Brasil

A historicidade do capitalismo brasileiro, marcada pelo passado colonial-escravista, com populações predominantemente rurais – que têm como base a apropriação desigual da riqueza - é o solo fértil de onde brotaram as particularidades das expressões da questão social. Nesse sentido, a produção capitalista não se restringe somente ao cultivo e à reprodução de mercadorias, mas também à produção e reprodução de relações sociais. Por isso:

Entender a “questão social” é, de um lado, considerar a exploração do trabalho pelo capital e, de outro, as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados em face desta premissa central à produção e reprodução do capitalismo [...] Conjugadas, essas premissas derivam em expressões diversificadas da “questão social” [...]. (SANTOS, 2012, p. 133).

Sendo assim, se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, isso se refere, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais. Como bem afirmam Behring e Boschetti (2011, p. 53): “[...] Se sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, de identidade, de costumes e vida.”

Mesmo que as relações sociais tenham sido significativas, sobretudo no período de Getúlio Vargas, a realidade brasileira que se constituiu em meados da

década de 1930, do século XX, registrou no país uma intensificação do processo de industrialização e um impulso importante rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Deste modo, a Revolução de 1930 caracterizou-se por dois períodos distintos, a saber, sistema agrário-comercial, vinculado ao capitalismo internacional, e sistema urbano-industrial, voltado para o mercado interno. Antes de 1930, a questão social não comportava a centralização de proletariados, mas já se fazia perceber. As condições de trabalho eram precárias e o estado de tensão era constante pela ausência de uma legislação trabalhista.

As mudanças no contexto sociopolítico e econômico brasileiro, iniciadas com a Revolução de 1930, marcam a história contemporânea brasileira. O período de maior desenvolvimento econômico, com o aumento da renda per capita, dos salários reais e do consumo, corresponde ao aumento da população e da urbanização. Problemas de assistência à saúde, educação, habitação, saneamento básico e de infraestrutura, decorrentes do processo de urbanização intenso, também se tornam presentes. Assim, conforme a industrialização se expandia, cresciam as desigualdades sociais e o agravamento das questões sociais.

Entretanto, foi no governo populista de Getúlio Vargas, assumido após a Revolução de 1930, que a existência da questão social passou a ser um problema político a ser enfrentado e resolvido pelo Estado. Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 106),

[...] em relação ao trabalho, o Brasil seguiu a referência de cobertura de riscos ocorrida nos países desenvolvidos, numa seqüência que parte da regulação dos acidentes de trabalho, passa pelas aposentadorias e pensões e segue com auxílios-doença, maternidade, família e seguro-desemprego. Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, e em 1932, a carteira de trabalho, a qual passa a ser o documento da cidadania no Brasil: eram portadores de alguns direitos aqueles que dispunham de emprego registrado em carteira.

O caráter corporativo e fragmentado, distante da perspectiva da universalização de inspiração beveridgiana, como afirmam as autoras, é uma das características do desenvolvimento do Estado social brasileiro. Dentre os direitos trabalhistas, destacam-se:

IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões, [...] cobrindo riscos ligados à perda da capacidade laborativa (velhice, morte, invalidez, doença), naquelas categorias estratégicas, mas com planos pouco uniformizados e orientados pela lógica contributiva do seguro[...] os IAPs ofereciam um

conjunto de benefícios e serviços de acordo com a contribuição dos trabalhadores, dos empresários e do Estado, que não eram uniformes [...]. Desde o final do governo Vargas já existia uma pauta de uniformização e unificação da Previdência Social, que desaguou na Lei Orgânica da Previdência Social, aprovada apenas em 1960. (BEHRIN; BOSCHETTI, 2011, p. 106-107).

Nesse período, marcado por um desenvolvimento Estatal da força de trabalho, que incluiu as políticas sociais e incidia na organização da força de trabalho, a institucionalização de direitos e deveres foi uma espécie de concessão Estatal à população, que ganha importância crescente. Mais que um ato de vontade do regime varguista, a institucionalização dessas medidas governamentais decorreu de inúmeras pressões populares. Vale lembrar que nos anos de 1930 a 1945 ocorreu importante desempenho dos trabalhadores organizados em sindicatos oficiais que passaram a contar, conforme destacam Behring e Boschetti (2011, p. 107), com a criação do “Ministério da Educação e Saúde Pública, bem como do Conselho Consultivo do Ensino Comercial”, introduzindo a política social no Brasil.

Em relação ao trabalho, o Brasil seguiu a referência de cobertura de riscos ocorrida nos países desenvolvidos, numa sequência que parte da regulação dos acidentes de trabalho, passa pelas aposentadorias e pensões [...] auxílios-doença, maternidade, família e seguro desemprego [...] carteira de trabalho o qual passa a ser um documento de cidadania no Brasil. (SANTOS, 2012, p, 106).

Aqueles que dispunham de emprego registrado em carteira possuíam esses direitos, sobretudo no período entre 1930 e 1943, em que a vida sindical e operária passou a ocupar lugar de maior destaque na dinâmica da política nacional. Assim, o desmantelamento da estrutura político-institucional da Primeira República viu-se acompanhado por um gradual melhoramento do aparelho do Estado, em especial do poder Executivo Federal, que passou a assumir não só uma postura centralizadora no cenário nacional como também o papel de mediação nos diferentes conflitos sociais.

3 QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

Para analisar a questão social no Brasil, a contribuição mais significativa está em mapear as suas particularidades, determinadas pela constituição do capitalismo brasileiro, entendendo que, para compreender a questão social, deve-se, como bem alerta Santos (2012, p. 26): “De um lado, considerar a exploração do trabalho pelo capital e, de outro, as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados em face desta premissa central à produção e reprodução do capitalismo.”

De acordo com Yamamoto (2001, p. 10):

A análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho, e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais.

Assim, para compreender o conceito de questão social, faz-se necessário, sobretudo, envolver o trabalho e suas relações sociais de produção que estão historicamente construídos. Neste sentido:

É necessário considerar as imbricações do trabalho com os direitos sociais, a política social (e nela, a assistência social) mediante a articulação das dimensões econômicas, sociais, culturais e ideológicas no processo de constituição do capitalismo. E apreender essas dimensões exige antes de tudo, evocar, na história, o vínculo da condição universal do ser genérico, objetivo e subjetivo, com as determinações reais de desenvolvimento da particularidade que transforma o trabalho de atividade vital em condição de mortificação; força que aliena e domina, desumaniza e fetichiza as relações humano-sociais, em que o trabalhador vende a si próprio e a sua humanidade. (SILVA, 2012, p. 29).

No universo entre homem e natureza, Silva (2012, p.29-30) assegura que “o homem atua transformando o objeto e se transformando como natureza, pelo seu trabalho objetivado e se caracteriza como ser social”. É nessa perspectiva que o trabalhador, com suas forças vitais, converte o trabalho sob o capital em condição imposta, subordinação e alienação, transformando a força de trabalho em mercadoria, pois “Na interação com a natureza, o trabalhador produz os meios de produção e de subsistência da vida em todo tipo de sociabilidade, modificando o objeto e se auto modificando pela objetivação.”

Ainda de acordo com Silva (2012,) o trabalhador se vê na condição de servo de seu objeto, e suas relações sociais ficam cada vez mais ocultas e estranhas, pois aprisiona-se à subsunção do trabalho ao capital, perpassada por uma relação entre qualquer coisa, constituindo-se em alienação.

Para Marx (1988, p. 85), a produção dos meios de subsistência é condição eterna da vida social, pois,

[...] quando arranca do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranho arranca-lhe sua vida genérica, sua efetiva objetividade genérica e transforma sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza. [...] estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como sua essência espiritual, a sua essência humana.

Do mesmo modo, Silva (2012, p. 30) afirma que “O humano, no capitalismo, é predominantemente determinado pelo modo de vida e pelas circunstâncias que aprisionam o homem, o trabalho atende à necessidade primeira de qualquer sociabilidade”, pois as condições particulares em que o trabalho se realiza são transitórias e constituídas sob a condição de superação pela ação revolucionária, principalmente ao descobrir como funciona o modo de produção capitalista.

Uma vez interpretada de maneira correta, conforme assegura Silva (2012, p.31), a teoria social pode auxiliar na aquisição de força para modificação da história, pois [...] “há uma liberdade a ser conquistada nessa transformação da história, com base na compreensão da forma social de produção/apropriação/expropriação da riqueza”. Nesse aspecto, ao questionar as contradições existentes na forma social de produção, questiona-se: “[...] como se constitui a questão social numa sociedade em que o trabalho é uma mercadoria? Qual a relação do trabalho com a constituição histórica da questão social?” (SILVA, 2012, p. 31).

Segundo Santos (2012, p. 53), “[...] é pelo processo de abstração [...], ou seja, da análise propriamente dita, que se torna possível captar as mediações, indicando as determinações que circunscrevem o modo de produção nas diferentes sociedades [...]”. Já para Silva (2012, p. 31):

O trabalho abstrato, ou seja, sua circunscrição como mercadoria nas relações sociais capitalista sob o assalariamento, a subordinação e a alienação, cuja base fundante é a propriedade privada, que transformou a

atividade humana vital em um meio de subsistência, é a raiz da chamada questão social.

Ressalta-se ainda que a gênese da questão social, nas palavras de Behring e Boschetti (2011, p. 52), “[...] está na maneira com que os homens se organizam para produzir num determinado momento histórico” [...]. Por isso, Yamamoto (1999, p.27) contribui ao analisar o antagonismo entre capital e trabalho como centralidade da questão social, isto é:

O conjunto das expressões das desigualdades sociais e da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho tornou-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Contudo, não há uma separação da questão social com o processo de acumulação de riqueza e dos efeitos que ela produz ao conjunto da classe trabalhadora, principalmente porque a classe trabalhadora está sujeita a pagar os tributos, pois essa é a forma assumida pelo trabalho e pela sociedade burguesa.

Tais expressões e práticas resultam no processo histórico de dominação e exploração presente nas relações sociais de produção, nas condições materiais de existência e nas formas em que se realizam, evidenciando o aumento da pobreza na mesma proporção da capacidade social de produzir riqueza, que, de acordo com Hobsbawm (2005b), teve início com a expansão econômica extraordinária dos anos entre 1848 e 1870 - período no qual o mundo se tornou capitalista e uma minoria significativa de países desenvolvidos transformou-se em economias industriais.

Nesse estabelecimento de relações entre os países desenvolvidos, como nos explica Silva (2012, p. 32), afloraram

[...] as divergências e disputas entre os interesses de classes sociais distintas, em meio a contradição entre as suas condições/inserções sociais e interesses político-econômicos, fizeram aflorar a realidade da destituição e privação, impostas à grande parte da sociedade, sob as regras da apropriação absolutamente desigual e concentrada da riqueza no âmago da exploração capitalista. A reprodução crescente dessa exploração e, ainda, a conseqüente acumulação, inerente as relações sociais capitalistas, geraram e geram conflitos de interesses intensamente fetichizados, pelo projeto burguês, mas disputados e evidenciados pelo conjunto da classe trabalhadora.

Nesse meandro, para conhecer esse processo e sua finalidade, deve-se primeiramente conhecer a sua coerência, “[...] posta pela sociedade burguesa, como modo mais desenvolvido da subsunção e da opressão da maioria dos [trabalhadores], que sob ela humaniza e desumaniza, se *coisifica* e se estiola cada vez mais” (SILVA, 2012, p. 32). Essa forma de sociedade, que aparentemente se constitui como natural, tende também a perpetuar em práticas de dominação e ilusões, sob a ótica da subsunção do homem às necessidades da lógica capitalista.

Nesse sentido, se faz necessário recorrer à teoria de Marx (1988), que desmistifica as ilusões que dominam e submetem a essência do homem. Ao destrinchar o modo de produção capitalista e as relações de produção. Desse modo, o trabalho como processo histórico da sociabilidade define e distingue o trabalho concreto e o trabalho abstrato, descrevendo o sentido ontológico do trabalho e a forma como o trabalho é manipulado como mercadoria imposta pelo capitalismo.

Segundo Silva (2012, p. 33):

Sob a lógica do capital, o trabalho, suas condições e relações (assalariado/alienado) são determinantes na objetividade e subjetividade humana. Como atividade humana vital, natural, transformou-se em poder estranho que se opõe ao homem, subordina-o de maneira a não permitir que as relações de interdependência, típicas da universalidade, façam do trabalho uma atividade consciente, libertadora, mediante a qual o homem transforma a natureza e a si próprio, constituindo-se como ser social.

Desse modo, não se pode dizer que há um processo social comum a todos os períodos históricos, contudo, o trabalho como condição de existência do homem em todas as formas de sociedade é objetivação constitutiva do ser social, pois:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural, como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita ao jogo de suas forças ao seu próprio domínio. (MARX, 1988, p. 142).

Na visão de Silva (2012, p.34), o trabalho constitui-se no

[...] processo entre homem e natureza, é o trabalho condição da existência e, nela, da vida social; é base sobre a qual se constitui o mundo humano.

Trata-se de uma categoria central para a compreensão do modo de ser dos homens/mulheres e da sociedade, determinados historicamente por suas relações sociais, estabelecidas na produção dos bens que asseguram a manutenção e reprodução da vida objetiva e subjetiva, na matéria e na consciência.

Nesse sentido, Silva (2012) atesta em suas análises que a força de trabalho, produzida e reproduzida como mercadoria, sob o contexto da acumulação capitalista, coloca os sujeitos à mercê da lei da oferta e da procura e, assim, os submetem às condições precárias. Em outras palavras, nas condições em que se reproduz, a situação de trabalho define o lugar dos sujeitos nas estruturas socioculturais, econômicas e políticas, tanto pelo acesso precário quanto pelo não acesso ao trabalho.

Desse modo, os argumentos de Marx (1988, p.209) reforçam a compreensão de que:

Essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força para multiplicar a riqueza alheia ou para autovalorização do capital. Crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho mais rápido do que da população produtiva expressa-se “capitalisticamente”, portanto, às avessas, no fato de que a população trabalhadora cresce mais rapidamente do que a necessidade da valorização do capital.

Com o crescimento da classe trabalhadora, também cresce o excedente, evidenciando a desigualdade como expressão de relações de classe. E, assim, ocorre que:

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exercício industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, a ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. (MARX, 1984, p. 209).

De um lado, a superpopulação contribuía para o surgimento de conflitos sociais e da chamada questão social, pois, com o crescimento do capitalismo, a sociedade encontrava-se em condições de ameaças, à medida que desenvolvia o pauperismo e a miserabilidade, possibilitando também a tomada de consciência da

classe trabalhadora. De outro, o surgimento da questão social perpassa várias expressões, principalmente por não beneficiarem a todos de igual maneira.

Isso também acontece com a comprovação de déficit social, como destaca Silva (2012, p. 35),

[...] quando o sufrágio universal revela o contraste entre soberania política de todos e a trágica inferioridade da condição civil de alguns. [...] e o (não) trabalho, com a pressão daqueles que não encontram seu lugar nessa sociedade, exercida pela organização tradicional do trabalho.

Conclui-se, como assinala Silva (2012, p. 36), que:

A questão social, todavia, ante o projeto de modernidade liberal e o triunfo da perspectiva funcionalista, apresenta-se como uma doença, uma desintegração, uma disfunção particularizada no indivíduo e na parcela da população que “necessita” de controle, regulação e reforma social. Por isso, à medida que se amplia, crescem também os mecanismos burocráticos, institucionais e técnico-profissionais, que farão seu enfrentamento para estancar essa crescente gangrena social.

Nesta perspectiva, a situação de trabalho é transformada em mercadoria ao lado da propriedade privada e dos meios de produção, tornando-se o cerne da questão social, que tem como reflexo as desigualdades econômicas, políticas e culturais entre classes.

3.1 A Questão Social

A contradição da relação capital e trabalho produz expressivas desvalorizações da vida humana. Emerge, assim, a questão social, representada por altos índices de mortalidade infantil e adulta, exaustão do trabalho, concentração de operários nos arredores das fábricas em locais insalubres, doenças, fome e baixos salários. Mas esse fenômeno, enquanto necessidade do capital, também expressa o outro lado, proporcionando condições para o surgimento da solidariedade entre os trabalhadores, que começam a superar a heterogeneidade e, aos poucos, vão assumindo estratégias de protesto e recusa de serem destruídos pelas máquinas e devorados pelo capitalismo. Nessa conjuntura, os trabalhadores, segundo Hobsbawm (2005a, p. 295),

[...] não se mantinham unidos pelo simples fato de serem pobres e estarem num mesmo lugar, mas pelo fato de que trabalhar juntos e em grande número, colaborando uns com os outros numa mesma tarefa e apoiando-se mutuamente, constituía-se sua própria vida.

Nas palavras de Martinelli (1999, p. 38), com a questão social, “[...] surge as ocorrências de inúmeros protestos da classe trabalhadora que foram gestando um dos genuínos ‘produtos’ da terceira década do século XIX: a consciência de classe.” A recusa à situação da relação capital e trabalho, presente nas primeiras manifestações dos trabalhadores à exploração capitalista, mesmo com o nascimento do trabalho livre, marcava uma nova forma de relação trabalhista. Ainda no período da escravatura, a questão social já existia, e o peso desse passado permanece, apesar do surgimento do trabalho livre, que nasce com as possibilidades de políticas de um processo mais rápido e radicalizado de transição, com a participação contundente do movimento operário, fomentando a competição e o conflito. Ou seja:

O trabalho livre nasce fadado a articular-se estrutural e dinamicamente ao clima de mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo. (BEHRIG; BOSCHETTI, 2011, p. 53).

A questão social passa a ser evidenciada, sobretudo, “[...] com a abolição, com emergência do regime do trabalho livre e toda a seqüência de lutas por condições melhores de vida e trabalho” (IANNI, 1989, p. 88), pois o direito liberal adotado nas constituições permitiu possibilidades de negociações, e, assim, as diversidades sociais passaram a ser enfrentadas em situações passíveis de debate, controle e mudança.

Diante disso, como aponta Iamamoto (2001, p. 161):

O Estado assume paulatinamente uma organização corporativa, canalizando para sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares, para, em nome da harmonia social e desenvolvimento, da colaboração entre as classes, polinizá-las e discipliná-las, no sentido de se transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista. A política social formulada pelo novo regime – que tomará forma através de legislação sindical e trabalhista – será sem dúvida um elemento central do processo.

Ressalta-se que, mesmo diante da repressão contra as reivindicações e protestos, “[...] começam a reconhecer a negociação como preventiva do abalo à

ordem vigente” (IANNI, 1989, p.89). Contudo, a questão social continua sendo uma problemática nacional e torna-se um desafio para a Nova República, em 1985, nos diferentes lugares da sociedade brasileira, palcos de debates sobre a acumulação da riqueza advinda da exploração e dominação da força de trabalho dos sujeitos.

Dessa forma, “[...] enquanto a economia cresce, e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece” (IANNI, 1989, p. 89), constituindo a profunda desigualdade socioeconômica. O próprio sistema do capital, ao se reproduzir, ao mesmo tempo em que acumula mais capital, se encarrega de gerar pobreza e exclusão. Somente com o advento de um novo estado salarial, a partir da contratualização das relações empregatícias, vê-se uma nova reformulação social. No entanto:

As transformações ocorridas no final do século XVIII liberam o acesso ao trabalho, mas não fizeram nada, ou muito pouco, pela promoção da condição salarial. E o que foi proposto quando da queda do antigo regime como resposta moderna à questão social não vai, pois, poder instituir-se enquanto tal, uma vez que o princípio do livre acesso ao trabalho abre uma era de turbulência e de conflitos. Enquanto a questão social, mesmo "reformulada a partir de novos núcleos de instabilidade que são como a sombra do desenvolvimento econômico. Entregue a si mesmo, o processo de industrialização engendra um monstro - o pauperismo". (CASTEL, 1998, p. 277).

Para Silva (2012, p. 41), “[...] o processo de acumulação capitalista (tanto de riqueza como o de pobreza) tem profunda relação com o significado da compra e venda da força de trabalho”, estando a questão social ligada ao pauperismo. É, porém, imperativo que se registre não se trata de toda forma de pobreza, mas aquela situada na contradição capital/trabalho. Sendo assim, “Na situação atual, infelizmente é demasiado verdadeiro que a miséria acompanhou exatamente os diferentes povos em civilização e em riqueza” (CASTEL, 1998, p. 283).

Na contradição capital/trabalho, que configura a situação de exploração pela força de trabalho, a questão social emerge quando se toma consciência desse processo. Isto é:

Foram as necessidades que, uma vez problematizadas por atores conscientes de sua situação de exploração, e com o poder de pressão, propiciaram a passagem do problema da pobreza, antes considerada natural, em explosiva questão social. (PEREIRA, 2008, p. 59).

Não se trata, portanto, só do pauperismo, mas do embate político que o desencadeia, como pode ser observado na proposta de Castel (1998, p. 282):

De fato, a primeira metade do século XIX é marcada pela tomada de consciência de uma forma de miséria que parece acompanhar o desenvolvimento da riqueza e o progresso da civilização. [...] a questão social surge como uma nova despesa porque os novos pobres agora estão plantados no coração da sociedade, formam a ponta de lança de seu aparelho produtivo.

Nesse sentido, há uma sociedade dualista que, de um lado, possui uma dinâmica de industrialização e, de outro, uma situação de miserabilidade, pobreza e ignorância, expressões resultantes do desemprego, que atinge em maior índice a população mais pobre. O fenômeno surge a partir do momento que a força de trabalho, na sociedade capitalista, torna-se essencial para o aumento da riqueza. Por ser uma questão extremamente exposta, neste fim de século, quando, a partir da reestruturação produtiva, o desemprego e o trabalho precário se intensificam, alguns entendem se tratar de “novas formas de pobreza”, como afirma Pereira (1996, p. 56).

A vulnerabilidade do trabalho, devido aos índices de desemprego (12% da população ativa), “[...] abala a sociedade no início dos anos 70, e manifesta-se de fato, em primeiro lugar, através da transformação da problemática do emprego”. Contudo, “[...] o desemprego é apenas a manifestação mais visível de transformação profunda da conjuntura do emprego [...]”, pois “[...] a precarização do trabalho consistiu-lhe outra característica, menos espetacular, porém ainda mais importante, sem dúvida, o trabalho por tempo indeterminado está em vias de perder sua hegemonia” (CASTEL, 1998, p. 513). Ainda, segundo o autor:

O emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de suas experiências e de suas responsabilidades [...]. Diria que este mesmo núcleo só estará “estável”, enquanto se lhe qualificam os substitutos, normalmente com salários mais baixos, e, ainda ao redor desse “núcleo de estáveis”, “gravitam” temporários que dificilmente se organizam em sindicatos, além de existir pouca e muito frágil solidariedade entre ambos. (CASTEL, 1998, p. 514).

Para Castel (1998, p.516-517), a pesquisa prevê:

Para os anos futuros, uma proporção de 25% de trabalhadores permanentes, qualificados e protegidos; 25% de trabalhadores periféricos,

subcontratados, subqualificados, mal pagos e mal protegidos; 50% de desempregados ou de trabalhadores marginais entregues a empregos ocasionais e aos pequenos trabalhos.

Desemprego crescente, desregulação do mercado de trabalho, incertezas, trabalhadores em tempos parciais, contratos de trabalhos precários, expansão do individualismo e declínio da ética da ação coletiva são características do “novo mundo do trabalho” neste fim de século. Tal fato configura a manifestação mais sensível da atual questão social, de modo que, “[...] a flexibilização no processo da produção passa a ser a ordem cotidiana no mundo do trabalho, que implica uma acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho” (IANNI, 1989, p. 19).

Diante de tais reflexões, surgem novas formas de automação com a revolução da microeletrônica. Como explica Castel (1998, p. 20-21), multiplicam-se as possibilidades de racionalização do processo produtivo, criam-se novas especializações e alteram-se as condições de articulação entre as forças produtivas, bem como o trabalho intelectual e manual. O operário, o técnico e o engenheiro são postos em novas relações recíprocas e contínuas, diversificadas e inovadoras, no âmbito do processo produtivo. O operador imediatamente se torna disponível para adaptar-se às flutuações da demanda, tornando-os cada vez mais instáveis.

Logo, o processo de precarização do emprego trouxe de volta o crescimento da vulnerabilidade da massa. Castel (1998, p. 526-527) reflete sobre:

A nova questão social; comparando-a assim como o pauperismo do século XIX, inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização; também a precarização do trabalho é um processo central, comandadas pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno [...]

Importa dizer que é essa mesma questão social, suscitada pelo pauperismo da primeira metade do século XIX, por tratar-se de uma questão intrínseca ao sistema, além de produzir os “sobrantes” ou “supranumerários” - dada uma maior flexibilização e profundas mudanças tecnológicas na produção -, desestabiliza os estáveis numa dimensão globalizada. Castel (1998, p.181) conceitua os “sobrantes” ou “supranumerários” como os que não são explorados, no sentido de que não encontram um lugar na sociedade, com um mínimo de estabilidade. São denominados como os que “[...] estão lá como inúteis, inúteis ao mundo como se costumava falar dos vagabundos nas sociedades pré-industriais”. Nesse sentido:

Na desestabilização dos estáveis que se encontram os desfilados [...]. E na precarização do trabalho, o desmoronamento da sociedade salarial, o desmonte do trabalho protegido; estaria aí o cerne da questão social hoje[...] A nova questão social hoje parece ser o questionamento da função integradora do trabalho na sociedade. Uma desmontagem do sistema de proteção e garantias, que foram vinculadas a um emprego e uma desestabilização, primeiramente pela ordem do trabalho, que repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito. (CASTEL, 1998, p. 569-609).

São fracionamentos e diferentes aspectos da manifestação de uma mesma questão social que necessitam ser compreendidos de modo global. Essas fissuras dificultam ainda mais a aliança dos diversos setores que auxiliam na constituição do sujeito coletivo, com projeto próprio, uma vez que a organização do trabalhador, enquanto classe, em seus partidos e, especialmente, nos sindicatos, se constituiu num dos principais tributários na expressão da questão social, nos últimos anos do século XIX. Nesta direção, algo novo em relação à atual questão social se manifesta e conduz a busca de vozes e manifestações de novos sujeitos capazes de ampliar os espaços no fortalecimento do protagonismo de inscrever a temática na agenda política da atual conjuntura.

Conforme pontua Netto (2011, p.29):

[...] O capitalismo monopolista [...], pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas.

Nesse sentido, a resistência também contribui no processo de construção de uma nova perspectiva, pois, ainda de acordo com o autor:

É somente nestas condições que as seqüelas da “questão social” tornam-se – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais [...]. (NETTO, 2011, p. 29).

No Brasil, o surgimento da questão social apresenta impactos importantes no nascimento do trabalho livre, numa sociedade em que a presença do trabalho escravo marca profundamente o seu passado. Segundo Silva (2012, p. 39):

É muito forte o peso do passado na realidade do Brasil contemporâneo. As expressões da questão social se ampliam e diversificam, mas não muda sua raiz, mais do que isso, retêm vínculos (culturais, ideológicos, econômicos e políticos), com o passado, mesclando o presente, demarcando suas peculiaridades na história e na cultura política brasileira.

Behring e Boschetti (2011, p. 78) buscam identificar na formação social brasileira suas características estruturais por meio do seguinte questionamento: “[...] o que dizer da política social entre nós?”. Em suas reflexões, os autores assim se expressam:

[...] Seu surgimento no Brasil não acompanha o mesmo tempo histórico dos países de capitalismo central. Não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes. A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após a escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 78).

Vale ressaltar que a criação dos direitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças dominantes. Como afirmam Behring e Boschetti (2011, p. 79):

De um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários [...] Resultado de manifestação das classes trabalhadoras. De outro, a busca de legitimidade das classes dominantes em ambientes de restrição de direitos políticos e civis

No período militar, as políticas sociais aparecem como tutela e favor. Nos dias de hoje, ainda persiste a distância entre a definição dos direitos em lei e sua implementação real. Segundo Behring e Boschetti (2011), a forte instabilidade dos direitos sociais, denotando a sua fragilidade, acompanha uma espécie de instabilidade institucional e política permanente, com dificuldades de configurar pactos mais duradouros e inscrever direitos inalienáveis. Nesse contexto de instabilidade dos direitos sociais, certamente, a condição geral do trabalho tem forte relação com essa estrutura restrita que marcou a política social brasileira desde o seu princípio.

Desse modo, é importante considerar que:

Se a política social tem relação com a luta de classe, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social. (BERHRING; BOSCHETTI, 2011 p. 79-80).

No Brasil, caracterizado pela longínqua concretização de legislações sociais, entendendo que o liberalismo à brasileira não comportava a questão dos direitos sociais, pois foram incorporados sob pressão dos trabalhadores e com fortes dificuldades para a sua implementação e garantia efetiva. Tal situação começou a se alterar nos anos 1920 e sofre efetivas mudanças a partir dos anos 1930. Deste modo, as alterações no formato da Política Social Brasileira começam a ter visibilidade.

O ano de 1923 [...] aprova-se a Lei Eloy Chaves, que institui a obrigatoriedade de criação de caixas de aposentadoria e pensão (CAPS), para algumas categorias estratégicas de trabalhadores [...]. Ferroviários, marítimos dentre outros [...]. O Brasil tinha uma economia basicamente fundada na monocultura do café voltada para a exportação aqui a base da nossa heteronomia, produtos responsáveis por cerca de 70% do PIB nacional. Por isso, os direitos trabalhistas e previdenciários foram reconhecidos para aquelas categorias de trabalhadores inseridas diretamente nesse processo de produção e circulação de mercadoria. Uma maior diversificação da economia brasileira viria apenas após a crise de 1929-1932 que paralisou o comércio de café e a economia brasileira e a chamada revolução de 30. As CAPS foram as formas originárias da previdência social brasileira, junto ao instituto de aposentadoria e pensão (IAPS), sendo o dos funcionários públicos o primeiro a ser fundado, em 1926 [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 80).

Nesse sentido, as políticas sociais, ainda que imprecisas, foram gestadas na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, as lutas de classe e o desenvolvimento da intervenção estatal. Por isso, pensar a configuração da política social no Brasil é considerar o processo de formação do capitalismo brasileiro que destacou, no período Colonial e Imperial, no século XVI e XIX, e serviu à acumulação originária de capital nos países centrais.

Vale ressaltar que o peso do escravismo na sociedade brasileira também marcou de forma destrutiva a cultura, os valores, as ideias, a ética e a estética de todo o processo civilizatório, a exemplo da condição de trabalho nas relações sociais e no ambiente cultural brasileiro. Por esse motivo, a definição que orienta a análise

do Brasil - contraditoriamente impregnada de vários passados - é de desenvolvimento desigual e irregular, com inacabáveis questões sociais que configuram as relações de exploração do capital sobre o trabalho.

Como respostas e formas de enfrentamento às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, emergem as políticas sociais e a proteção social, que se fundamentam nas relações de capital sobre o trabalho. Assim, cabe aos estudiosos e pesquisadores compreender historicamente a “questão social” e os fenômenos que lhe são constitutivos, como o pauperismo e as lutas do proletariado contra a burguesia na afirmação dessa gênese por volta de 1830.

3.2 Da Filantropia às Políticas Sociais

Filantropia é uma prática que reflete o “amor à humanidade”. O termo designa ações de caridade cujas raízes históricas estão na religião, sendo muito empregado para resolver problemas sociais comuns como a pobreza. Etimologicamente, como destaca Mestriner (2011, p. 14), “[...] a filantropia: *philos* significa amor e *antropos*, homem, e relaciona-se ao amor do homem pelo ser humano, ao amor pela humanidade. No sentido mais restrito, constitui-se o sentimento, na preocupação do favorecido [...].” Por esse motivo:

A identificação da assistência social - prática social de ajuda científica ou empírica- com a filantropia e a benemerência é comum em nossa sociedade. Entendidas como expressão de altruísmo, solidariedade e ajuda ao outro envolvem desde atitudes ocasionais até formas institucionais praticadas por organizações sem fins lucrativos; ou, no campo político, formas de regulação do favor- “o toma lá dá cá” - quer pelo primeiro damismo, quer pelas concessões de benesses por representantes políticos. (MESTRINER, 2011, p.13).

Para Mestriner (2011, p. 13-14), são essas práticas que se movimentam entre o formal e o informal, tais como “[...] o não-lucrativo em uma sociedade de mercado; o voluntariado, na promoção da cidadania [...]”; e expressa sobre a dificuldade de distinguir assistência, filantropia e benemerência. Deste modo:

Assistência, filantropia e benemerência têm sido tratadas no Brasil como irmãs siamesas, substitutas uma da outra. Entre conceitos, políticas e práticas, tem sido difícil distinguir o compromisso e competências de cada uma destas áreas, entendidas como sinônimos, porque de fato escondem – na relação Estado-sociedade a responsabilidade pela violenta desigualdade social que caracteriza o país. (MESTRINER, 2011, p.14).

Ainda segundo Mestriner (2011), a filantropia, no sentido mais amplo do termo, supõe o sentimento mais humanitário, a intenção de que o ser humano tenha garantida uma condição digna de vida, que tem, na formação histórica da Igreja Católica,

[...] o sentido da caridade, da benemerência. [...] o termo filantropia acaba sendo também uma laicização da concepção católica da caridade. Enquanto a filantropia tem uma racionalidade que já chegou a conformar uma escola social positiva, a benemerência vai se constituir na ação do dom, da bondade, que concretiza pela ajuda ao outro [...]. (MESTRINER, 2011, p. 14-15).

Historicamente, a prática filantrópica vai se estruturando nas relações com a sociedade civil e no interior do Estado, pois se constituem em práticas passíveis de serem tratadas com “sobras” de recursos, diferentemente da política, que exige responsabilidade, compromisso e orçamento próprio. Portanto, a assistência pública se volta, historicamente, para a introdução de mecanismos de apoio às organizações e não diretamente à população; e o reconhecimento Estatal das necessidades da população permanece, portanto, mediado por organizações, impossibilitando a efetivação da cidadania dos segmentos fragilizados.

A Assistência Social, dessa forma, se desenvolve mediada por organizações sem fins lucrativos ou por voluntariados e passa por um processo de reconceituação.

A Constituição de 1988, pela primeira vez na história brasileira, conferiu um novo estatuto à assistência social, que foi, há pouco mais de dez anos, conceituada como política de seguridade social ao lado da saúde e da previdência social. Alçá-la concretamente ao efetivo patamar de política pública de seguridade exige não só a sua (re)conceituação, como um conjunto de alterações institucionais e, mais do que isso, a redefinição dessa relação de estado com a população demandatária, historicamente mediada pelas organizações sem fins lucrativos, reconhecidas como filantrópicas. (MESTRINER, 2011, p. 17).

Com a regulamentação da Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito extinguiu o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e substituiu pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (BRASIL, 1993). Mestriner (2011, p.218) destaca essa importante substituição pelo “[...] órgão superior de deliberação colegiada, vinculada a estrutura do órgão de Administração Pública Federal, responsável pela coordenação da

Política de Assistência Social”. Considera-se que o CNSS, criado pelo Decreto-lei nº 525, de 1/7/1938), foi o primeiro a garantir a regulamentação da Assistência Social no país. A esse respeito, Mestriner (2011, p. 56) pontua:

Antes da criação do CNSS, o presidente Vargas teve junto a seu gabinete um conselho consultivo em substituição à caixa de subvenções (extinta em 1935), composto por cinco especialistas na área social e nove elementos do governo que deveria desenvolver estudos sobre os problemas sociais, coordenar as obras sociais e estudar as concessões das subvenções.

Sobre a composição do CNAS:

É um órgão paritário, sendo composto por dezoito membros e respectivos suplentes, dos quais nove são representantes governamentais, incluindo um representante dos Estados e um dos municípios; e nove representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio, sob a fiscalização do ministério público federal, todos com mandato de dois anos, permitida uma única recondução por igual período. Portanto, não são mais indicados pelo presidente da república, como era o caso do CNSS, instalando assim a democracia na nova composição. (MESTRINER, 2011, p. 218).

Essa nova composição, a partir da Constituição de 1988, em seu Artigo 94, define a Seguridade Social como um conjunto integrado de ações de iniciativa de poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, emergindo como um sistema de cobertura de diferentes contingências sociais. Desse modo, ocorre a

[...] implantação da assistência social como política de seguridade, garantidora de direitos sociais, que tem a estratégica competência de aprovar a política nacional de assistência social e seu orçamento anual e plurianual, que levam a normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada neste âmbito, num sistema descentralizado e participativo, com comando único nessa política. Deve-se aprovar critérios de transferência de recursos para os estados, municípios e distrito federal, considerando indicadores que orientem uma regionalização mais equitativa, disciplinando os procedimentos de repasse de recursos para as entidades de assistência social. Cabe ao CNAS também estabelecer diretrizes e aprovar programas anuais e plurianuais do fundo nacional de assistência social, acompanhando e avaliando a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e desempenho dos programas aprovados. (MESTRINER, 2011, p. 218-219).

Para garantir a avaliação dessa situação da Assistência Social e repor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema, segundo Mestriner (2011, p. 219), é necessário “[...] convocar a cada dois anos (prazo alterado pela medida provisória nº

1473-30, de 16/4/97, para quatro anos) a Conferência Nacional de Assistência social.” Uma situação marcante desse inovador conselho é a herança da filantropia de regulação sobre o conjunto de instituições privadas, exercida pelo CNSS, para manter a competência de fixar normas e conceder atestado de registro e certificado de entidades de fins filantrópicos, como condição de acesso a subvenções e isenções.

Vale ressaltar que há também uma herança quanto à cultura cartorial do CNSS, que não é condizente com a nova democracia instituída no CNAS. Isto é, a antiga função se espelha em situações burocráticas, mantidas por quase sessenta anos, pautadas numa contradição de funções. Nos dizeres de Mestriner (2011, p.219):

Da mesma forma que a lei orgânica de assistência social demandou para a sua aprovação um longo e árduo movimento de lutas, mobilizado por diferentes agentes e organizações sociais, também a efetivação do CNAS exigiu um complexo processo de negociações e estabelecimento de consensos.

Foram muitas as dificuldades para resolver as questões de um coletivo que ainda não tinha entrosamento e nem clareza de suas funções, visto que o definido pela Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL,1993) era muito amplo e genérico, além de tantas outras necessidades de organizar a estrutura de funcionamento e administrar as funções e denúncias oriundas do antigo conselho. Diante dessas situações, percebe-se que a

[...] substituição do CNSS pelo CNAS (pela Lei n. 8.742/93) se dava no contexto do escândalo do orçamento, tornado o antigo conselho alvo de acusações de corrupções e clientelismo na atribuição de títulos e subvenções, que provocara, em 12/11/93, suspensão por noventa dias do pagamento de subvenções e exigência de recadastramento de todas as entidades-prazo este que, estando prestes a se esgotar, provocava a pressão por parte das entidades sociais para a solução do problema. (MESTRINER, 2011, p. 221).

Deste modo, o CNAS, em seu início, “[...] se deparou com a complexidade das suas competências que iam do âmbito teórico-conceitual ao normativo, do político ao legal, e ainda de orientação ao processual, pelas funções de censor da filantropia.” (MESTRINER, 2011, p. 221). A conjuntura Política, Social e Econômica que se desenha, ao longo das duas últimas décadas, no contexto brasileiro, bem

como as organizações e instituições que atuam no chamado “terceiro setor” têm como primeira característica, principalmente na esfera da Assistência Social, Educação e Saúde, o dever de nortear-se pela LOAS (BRASIL,1993), que prioriza questões de maternidade, crianças, adolescentes, idosos, famílias e pessoas com deficiência como alvo de proteção, amparo e capacitação para que tenham qualidade de vida e acesso às políticas sociais.

A segunda característica dessas instituições é que, apesar de não se constituírem como de caráter público, desenvolvem um trabalho de interesse público. Dessa forma, a assistência social perdeu seu caráter historicamente dado, de caridade, benevolência e favor, tornando-se política pública de garantia de direitos do cidadão, assim como a saúde e a educação - direitos de cidadania garantidos pela Constituição Federal e respectivas leis orgânicas (BRASIL,1988). O atendimento a esses direitos, portanto, faz parte de um interesse público, de modo que, qualquer instituição que trabalhe na perspectiva de defesa desses direitos e da garantia de cidadania está cumprindo um fim público, pois se volta para o outro: explorado, excluído ou destituído.

O terceiro atributo comum a essas entidades, que não mantêm uma relação mercantil com a sociedade, nem trabalham voltadas para o lucro no sentido do interesse capitalista, é que as receitas advindas de doações, convênios e/ ou prestação de serviços são revertidas para a própria instituição, não havendo distribuição de “lucros” entre seus diretores ou associados, corroborando ao dado que as enquadra como instituições de assistência social, segundo o Artigo 3º da LOAS.

Como quarta característica destaca-se o fato de não serem instituições estatais, embora mantenham vínculos com o estado por força de convênios, relações de parceria e cadastro nos conselhos municipais, conforme artigos 9º e 10º da LOAS (BRASIL,1993). Organizadas fora do aparato estatal e autogovernadas, possuem certa autonomia de ação e definição de diretrizes em relação ao Estado, embora estejam sob a fiscalização dos conselhos, de acordo com o parágrafo 2º, do artigo 9º.

A quinta característica é configurada pela presença do voluntariado, pois atuam em prol da manutenção e sobrevivência dessas instituições, participando diretamente do seu gerenciamento também. A sexta e última particularidade aponta para a possibilidade de obter qualificação de Certificado de Entidade Beneficente de

Assistência Social (CEBAS) ou de Organização da Sociedade Civil do Interesse Público (OSCIP), que pode ser pleiteado junto ao Conselho Nacional de Assistência Social, desde que a instituição preencha os requisitos exigidos, dentre eles, o de atuar diretamente na área da Assistência Social. Já o Certificado de Organização da Sociedade Civil que atua com interesse público (OSCIP) pode ser solicitado junto ao Ministério da Justiça, com uma abrangência maior de instituições que podem alcançar essa qualificação, sendo que uma mesma instituição não pode acumular os dois certificados.

Dessa forma, as organizações que compõem o terceiro setor atuam em uma diversidade e variedade de questões que afetam a sociedade na área da assistência social, da saúde, do meio ambiente, da cultura, educação, lazer, esporte, etc. Nas áreas da assistência social, educação e saúde, geralmente, prestam atendimento a pessoas e famílias que estão à margem do processo produtivo ou fora do mercado de trabalho. Trabalham na defesa e garantia dos direitos dessa população e, mesmo sendo de caráter privado, desenvolvem um trabalho de interesse público, sem a finalidade lucrativa, no sentido mercantil da palavra, e não se constituem como estatais, embora mantenham vínculos com o poder público.

Por isso, apesar das contradições inerentes a este contexto de mudanças, este campo convive várias questões, assume formas de intervenção heterogêneas, com ações próprias e critérios particulares, partindo de um valor comum, como a filantropia e a solidariedade, e dele derivam significações diversas, muitas vezes antagônicas, conduzindo posturas diferenciadas diante da “questão social”. A relação que este campo estabelece com o Estado evidencia posturas divergentes, de delegação por meio da tradicional prática de convênios/subvenções/isenções. Assim, dependendo da história vivida e da correlação de forças de cada momento, e ainda em virtude da ausência de definição de uma política pública, este campo do “terceiro setor” é, sem dúvida, o mais carregado de complexidade e contradição, visto que a longa história de vinculação ideológica e comprometimento político-religioso acumulados e o marco legal ultrapassado ainda o regem.

Diante dessa complexidade, Montano (2005, p. 12) pontua:

Ao invés de evoluirmos para um conceito e uma estratégia no sentido de constituir uma rede universal de proteção social que explicita o dever do Estado na garantia de direitos sociais, retrocedemos a uma de que o bem-estar pertence ao âmbito do privado, ou seja, as famílias, a comunidade, as

instituições religiosas e filantrópicas, devem responsabilizar-se por ele, numa rede de “solidariedade” que possa proteger os mais pobres.

E continua afirmando que a

[...] versão mais “sofisticada” dessa concepção é o chamado “terceiro setor”, dominado por organizações não governamentais[...] devidamente bancada por recursos públicos, na medida em que a maioria dessas organizações é financiada por governos. (MONTANO, 2005, p. 12).

Nesse contexto, o financiamento governamental com o terceiro setor se torna cada vez mais confuso, e assim expressa Montano (2005, p. 12):

A indefinição e a heterogeneidade nesse campo, ainda bastante obscuro nos nossos países, são enormes. Existem ONGs dos mais diversos tipos, tamanhos e finalidade. Independentemente de suas boas intenções, a maioria delas, por políticas explícitas por parte dos próprios governos, vem assumindo o papel substitutivo ao Estado, sobretudo naqueles lugares mais pobres e afastados, de onde o Estado ou se retirou ou simplesmente não existia.

No entanto, de forma crítica, é importante destacar que a atitude das mobilizações sociais contra a fome e a miséria são emergenciais e imediatas, concretizando uma dependência por parte dessa população, como afirma Montano (2005, p. 18):

[...] o problema consiste em acreditar que nestas ações devem-se concentrar e esgotar todos os esforços reivindicatórios e as lutas sociais. Ao esquecer as conquistas sociais garantidas pela intervenção e no âmbito do Estado, e ao apostar apenas/prioritariamente nas ações dessas organizações da sociedade civil, zera-se o processo democratizador, volta-se à estaca zero, e começa-se tudo de novo, só que numa dimensão diferente: no lugar de centrais lutas de classes, temos atividades de ONGs e fundações; no lugar da contradição capital/trabalho, temos parceria entre classes por supostos “interesses comuns”; no lugar da superação da ordem como horizonte, temos a confirmação e “humanização” desta.

Sendo assim, o chamado “terceiro setor” tem sido analisado por diversos autores com concepções políticas ideológicas variadas, estando a ideia dominante entre eles, sobretudo, relacionada ao pensamento neoliberal, que se processa na esfera do Estado e do mercado. Nesses termos:

Há, portanto, na corrente liberal, uma conversão do Estado como Público e de tudo o não-estatal (mercado econômico e sociedade civil) como privado e uma separação desses espaços, como esferas autônomas. Assim para os

liberais, a) o Estado e a esfera pública – o “social” mais a “política formal” – seriam a mesma coisa; b) a sociedade civil, o privado, o econômico e, portanto, o mercado, são identificados. (MONTANO, 2005, p. 134).

Diante de tal oposição, o autor (2005, p. 135) reflete sobre a ideia de que “[...] com o surgimento de um novo ‘setor’, ‘público, porém privado’ [...] passaria a absorver cada vez mais o trato da ‘questão social’”. Contudo, no que se refere ao debate do “terceiro setor” enquanto segmento público, porém privado, pode-se dizer que este,

[...] efetivamente, mantém o Estado, autonomizado (como setor da “política formal” e certa atividade social), como esfera exclusivamente pública; quanto ao mercado, também com sua suposta dinâmica própria e autônoma (das atividades econômicas), é visto como esfera exclusivamente privada. Apenas o chamado “terceiro setor” conseguiria articular o público e o privado. A única diferença com o pensamento liberal é que neste há dois setores: o estatal e o mercado (como o não estatal, portanto, identificado/incluindo a sociedade civil), ao passo que no pensamento dos autores do “terceiro setor” haveria três setores, e não dois, diferenciando aqui a “sociedade civil” do mercado [...]. (MONTANO, 2005, p. 135).

Na verdade, a discussão operada no debate do “terceiro setor” é certamente reducionista e mistificadora. Equalizam-se todas as organizações deste setor como tendo origem privada e finalidade pública. A exemplo disso, é possível dizer que:

Se uma fundação ou uma empresa tem origem privada, contrariamente uma associação de vizinhos ou uma creche comunitária tem origem pública. Se uma ONG e um movimento social podem ter finalidade pública, no entanto uma fundação ou intervenção de um candidato a vereador certamente tem finalidade privada. Nessa homogeneização, perde-se a diferenciação (mais uma vez) entre as entidades do chamado “terceiro setor” e não se consegue distinguir entre o caráter público ou privado da origem, da atividade e da finalidade. (MONTANO, 2005, p.136).

A falta de exatidão na definição das entidades que comporiam o “terceiro setor” contribuiu, no Brasil, para uma legislação, fundamentalmente nos últimos anos, ajudando na criação e operação de certas entidades privadas de interesse público, não governamentais e sem fins lucrativos (MONTANO, 2005, p. 200). Para tanto, fez-se necessário recorrer ao processo constitucional/legal que sofre a seguridade social a partir da Carta Magna de 1988. Neste sentido, é possível definir

[...]a seguridade social como “conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e Assistência Social” [...] a seguridade

social, em 88, é inovadora considerada a partir de um tripé articulado composto por estas três [...] organizada com base nos seguintes preceitos: universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços a toda a população; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios [com a concomitante preservação da qualidade]; equidade na forma de participação no custeio [proporcional ao patrimônio/renda dos contribuintes]; diversidade da base de financiamento; caráter democrático e descentralização da gestão administrativa, com participação da comunidade, em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados. E ainda, “a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade [...] mediante recursos provenientes dos orçamentos da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” assim como de “contribuições sociais” dos empregadores e dos trabalhadores [...]. (MONTANO, 2005, p. 201).

A caracterização constitucional da Seguridade Social forma regimentos de cada uma das áreas que a compõem. Dessa forma, a saúde passa a ser vista como um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e o acesso universal e igualitário. Nesses termos, tem-se também a Previdência Social, que passou por mudanças significativas e “[...] se orienta no aumento das alíquotas de contribuição para servidores, na tributação de servidores passivos, na ampliação do tempo de serviço” [...]. E, por fim, a Assistência Social, que reza em seu primeiro artigo: “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado [...] Política de seguridade não contributiva, que provê os mínimos sociais [...] por um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade[...].” (MONTANO, 2005, p. 202).

Para tanto, o processo de formação para o entendimento da gestão pública da Seguridade Social direciona para o embasamento histórico e legal, sob o qual desenvolve a legislação referente ao chamado “terceiro setor”, por meio de decretos e leis que regulamentam as atividades e entidades. Segundo Montano (2005, p. 203):

A lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, reconhece como utilidade pública as sociedades civis, associações e fundações, constituídas no país, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade; A lei nº 9068, de 18 de fevereiro de 1998, dispõe sobre o Serviço Voluntário, considerando como atividade não remunerada prestada por pessoa física e entidade pública. O serviço voluntário não gera, segundo a lei, vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária; A lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, qualifica como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde [...]. A lei nº 9790, de 23 de março de 1999, qualifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), e institui e disciplina o termo de parceria [...] o artigo 9 da lei institui

o termo de parceria, a ser firmado entre o Poder Público e as Oscips, destinado ao vínculo de cooperação entre as partes.

O terceiro setor também é constituído por legislações que determinam a transferência de recursos públicos, que estabelece a isenção de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviço às instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, beneficiando entidades com atividades culturais, científicos e assistenciais (MONTANO, 2005). São essas normas legisladas sobre os tipos de organizações que formam o setor e a relação de cooperação Estado/sociedade, tornando-se fundamental e importante a participação Estatal no financiamento direto ou indireto das entidades.

Neste sentido, os incentivos fiscais ou apoios financeiros explicam a tão falada “mudança de mentalidade” do empresariado, agora mais preocupado com o social, demonstrando o aumento significativo de instituições com ações sociais de iniciativa pública. Como mostram algumas pesquisas, o Brasil possui 276 mil fundações e associações onde trabalham 1,5 milhões de pessoas, pagando salários e remunerações no valor de 17,5 bilhões (IBGE; IPEA, 2004). De acordo com esse crescimento acentuado no contexto contemporâneo, nas palavras de Costa (1993, p. 45), pode-se apresentar três principais razões que explicam a emergência do setor:

- 1.a substituição gradativa e intencional das funções do Estado de bem estar social pelo chamado Estado mínimo, resultante da implantação também gradativa da política neoliberal, levando ao sucateamento das políticas sociais públicas. Embora o Estado de bem estar social nunca tenha sido implantado efetiva e amplamente no Brasil, não podemos desconsiderar ações sociais de iniciativa pública, de importante presença no atendimento à questão social brasileira, reforçada, a partir de 1988, pela Constituição Federal seguida de diferentes leis orgânicas relacionadas ao atendimento a diferentes áreas e segmentos, que as promulgaram como dever do Estado e direito de cidadania;
- 2.a legislação social trazida pela constituição de 1988 e decorrentes leis orgânicas que, garantidoras dos direitos sociais e de cidadania, com ênfase na participação popular, implicou na necessidade do reordenamento técnico e administrativo das instituições Estatais e da rede privada. Além disso, houve o surgimento cada vez mais atuante e participativo de grupos sociais organizados, buscando fazer valer os direitos e conquistas trazidas por essa legislação;
- 3.o acirramento da questão social: profundas desigualdades sociais, pobreza acentuada, fome, aumento da violência, etc.

Sendo assim, considera-se que:

[...] o terceiro setor é formado por instituições (associações ou fundações privadas) não governamentais, que expressam a sociedade civil organizada,

com participação de voluntários, para atendimentos de interesse público em diferentes áreas e segmentos[...]. Avança da perspectiva filantrópica e caritativa para uma atuação profissional e técnica, na qual os usuários são sujeitos de direitos, tendo em vista o alcance de um trabalho qualitativamente diferenciado daquele que sempre marcou a história dessas organizações: o assistencialismo e a filantropia. (COSTA, 1993, p. 34).

Nesse meandro, o terceiro setor se configurou, no decorrer dos últimos vinte anos, dentro de um contexto social, econômico e político marcado pela complexidade, incerteza, instabilidade e mudanças aceleradas, em uma dimensão globalizada e de grande desenvolvimento tecnológico e científico. Assim, “[...] a configuração de uma nova modalidade de trato à ‘questão social’ [...] é o verdadeiro fenômeno escondido por trás do que é chamado “terceiro setor” (MONTANO, 2005, p. 187).

Por isso, as políticas sociais ou padrões de proteção social se desenvolveram como respostas à questão social, ou seja, à mobilização operária do fim do século XIX em resistência à exploração do capital e em busca dos direitos sociais.

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos direitos sociais envolvidos. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinente ao trabalho consubstanciados em serviços e políticas sociais, o que, nos países centrais, expressou-se no *welfare state*, estado de previdência ou estado social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p.17).

Já Para Silva (2012, p. 95) é no “[...] contexto de crise do capital e reação defensiva da burguesia às organizações operárias que surge a política social como resposta do Estado capitalista à pressão que emerge do pauperismo e miserabilidade dos trabalhadores.” Nesse sentido, a política social vai atender tanto aos interesses da classe burguesa quanto da classe trabalhadora, assumindo o caráter de inclusão. Mas “[...] para as classes subalternizadas, as políticas sociais se constituem um espaço que possibilita o acesso a benefícios e serviços [...] Espaço este de lutas, confronto e expansão de direitos” (SPOSATI et al., 2007, p. 30).

Constata-se, portanto, uma

Política Social que se presta a reduzir agudizações e se constitui em espaço para que o grupo no poder possa, de um lado, conter conflitos e, de outro, responder “humanitariamente” a situações de agravamento da miséria e espoliação de grupos sociais. (SPOSATI et al., 2007, p. 31).

Dessa forma, “[...] a questão social explica a necessidade das Políticas Sociais, no âmbito das relações entre as classes e o Estado, mas as Políticas Sociais, por si, não explicam as questões sociais”, atesta Iamamoto (1999, p. 58-59). E, principalmente por sua complexidade, diz-se que:

Questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relação de gênero, características étnicas raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade e o poder Estatal. (SPOSATI et al., 2007, p. 17).

No meio de tais disparidades, que se justificam pelo interesse de projetos políticos e econômicos, dominantes, as relações passam a ser questionadas pela classe operária, por meio dos movimentos operários, e também pelo liberalismo burguês, em que a *questão social* começa a significar um perigo para a ordem capitalista vigente. O Estado passa então a programar mudanças (política social) com objetivo de manter a hegemonia do capital.

Acerca dessas mudanças, Behring e Boschetti (2011, p.64) afirmam que os “[...] autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade”. O Estado capitalista, essencialmente contraditório, contribuiu, portanto, para a generalização dos direitos sociais, representados pela socialização da riqueza produzida por meio de serviços, ações e sistema de proteção social, sem afetar, sobretudo, aquilo que move o capital: a busca de lucro.

Para tanto, de acordo com Pereira (2008, p.123), “[...] da mesma forma que o Estado capitalista ajuda a explorar os trabalhadores, tem de atender as suas reivindicações”. Em razão dessas demandas, a política social aparece como meio de acesso aos bens e serviços reproduzidos pela força de trabalho, a qual deve viabilizar o acesso à melhoria das condições de vida e de trabalho, de forma universal e igualitária, e não de forma focalizada, pois tende a estigmatizar os pobres, impossibilitando a concretização de mudanças na sua realidade.

Logo, para Behring e Boschetti (2011, p. 51), a política social se constitui como sistema de proteção social, configurando “[...] desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento, em geral setorializadas e fragmentadas às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo.” Nesse contexto, a

Política Social passa a atender a todas as classes sociais, pois, se assim não o faz, ela é, em síntese:

O produto dialeticamente contraditório entre estrutura e história e, portanto, de relações simultaneamente antagônicas e recíprocas entre Capital x Trabalho, Estado x Sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania. (PEREIRA, 2008, p. 166).

Desse modo, a Política Social pode contribuir para a ampliação de acesso a direitos sociais com qualidade e universalidade aos atendimentos das necessidades humanas de todos os trabalhadores, representados pela educação, alimentação, saúde, trabalho e renda. Isto significa dizer que “[...] as políticas sociais são mais que condições de reprodução das condições de vida do trabalhador; são formas de realização de direitos sociais e, conseqüentemente, da cidadania”, como bem afirma Sposati et al. (2007, p. 34-35).

Tais direitos sociais, em consonância com o capítulo II da Constituição Federal (1988), em seu Artigo 6, que define como direitos sociais a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, dada pela redação da emenda constitucional nº 64 de 2010, demonstra o percurso histórico desta política social, que encontra

[...] na constituição de 1988 uma inovação: a definição de um sistema de seguridade social para o país, colocando-se como desafio a construção de uma seguridade social universal, solidária, democrática e sob a primazia da responsabilidade do estado. A seguridade social brasileira por definição constitucional é integrada pelas políticas de saúde, previdência social e assistência social e supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas a segurança que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais. (SPOSATI et al., 2007, p. 3).

Neste sentido, para a Assistência Social, incluída no âmbito da seguridade social, inicia-se a construção de um tempo novo. Como política social pública, começa seu percurso para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Cabe lembrar que a assistência social, como política de proteção social, inserida na seguridade social, vem avançando muitíssimo no país, ao longo dos últimos anos, nos quais foram e vêm sendo construído mecanismos viabilizadores da construção de direitos sociais da população usuária dessa política,

conjunto em que se destacam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Efetivamente, a PNAS de 2004, aprovada pela resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do CNAS, e publicada no Diário Oficial da União (DOU) (BRASIL, 2004), é um resultado de intenso e amplo debate nacional, e constitui-se em uma manifestação dessa resistência. Nesse sentido, Couto, Yasbek e Raichelis (2012, p. 60) afirmam:

A PNAS-2004 vai explicitar e tornar claras as diretrizes para efetivação da assistência social com direito de cidadania e responsabilidade de Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada pautada no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências dos três níveis do governo na provisão de atenções socioassistenciais em consonância com o preconizado na LOAS e nas Normas Operacionais (NOBS) editadas a partir das indicações e deliberações da conferências, do conselhos e das comissões de gestão compartilhada (comissões intergestoras tripartite e bipartites-cit e cibs).

A PNAS, tendo como fundamento a visão de que o Estado é o garantidor do cumprimento dos direitos, é responsável pela formulação das políticas públicas como expressão das relações de forças presentes no seu interior e fora dele. Assim argumenta Vieira (2004, p.59): “[...] sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política, quando consegue traduzir-se nisto.” No entanto, Couto, Yasbek e Raichelis (2012, p. 60) asseguram que a implantação da PNAS e do SUAS tem gerado disputas e conflitos políticos, pois

[...] tem liberado, em todo o território nacional, forças políticas que, não sem resistências, disputam a direção social da assistência social na perspectiva da justiça e dos direitos que ela deve consagrar [...] na estrutura organizativa e na lógica de gestão e controle das ações na área.

Neste contexto, é necessário articular com outras políticas que indiquem ações públicas de forma múltiplas e integradas para o enfrentamento das expressões da questão social. Para concretização dessas ações, a PNAS apresenta como objetivos:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e

especiais, em áreas urbanas e rurais; assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social com centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004, p. 27).

Frente a esses escopos, ganham grande importância as dimensões apontadas pela PNAS que apresentam, potencialmente, indicações para as mudanças preconizadas, que dizem respeito ao desenvolvimento de estratégias de articulação e de gestão, viabilizando abordagens intersetoriais e caminhos para enfrentar as situações geradas pelas condições multicausais. Sobre a intersetorialidade, Couto, Yasbek e Raichelis (2012, p.61) pontuam:

Deve ser expressa a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica e especial e ao enfrentamento das desigualdades identificadas nas distintas áreas. Supõe a implementação de programas e serviços integrados e a superação da fragmentação da atenção pública às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais.

Além de princípio ou paradigma norteador, a intersetorialidade constitui-se numa lógica de gestão que transcende um único setor da política social e estratégia política de articulação entre setores sociais diversos e especializados, e supõe também a articulação entre sujeitos que atuam em áreas que, partindo de suas especificidades e experiências particulares, possam criar propostas e estratégias conjuntas de intervenção pública para enfrentar problemas complexos impossíveis de serem equacionados de modo isolado e, assim, contribuir significativamente para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social.

Os autores (2012, p. 62) ainda afirmam:

É uma forma de gestão de políticas públicas que está necessariamente relacionada ao enfrentamento de situações concretas vividas pela população trabalhadora, que não pode ficar à mercê do mercado, mas depende do acesso a serviços sociais públicos para seu enfrentamento [...] supõe vontade e decisão políticas dos agentes públicos, e tem como ponto de partida o respeito à diversidade e às particularidades de cada setor [...].

Outro importante aspecto é que a PNAS e o SUAS ampliam os usuários da política, na perspectiva de superar a fragmentação contida na abordagem por segmentos, como idoso, adolescente, população em situação de rua, entre outros:

Cidadão e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e de riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não, inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004, p. 27).

A Constituição Brasileira de 1988, em seu Artigo 194, define a seguridade social num tripé que engloba previdência, saúde e assistência social como obrigação constitucional do Estado brasileiro. Essa concepção é considerada um marco – princípio de uma nova era no campo de direitos sociais, da universalização dos acessos e da responsabilidade Estatal. No capítulo sobre Seguridade Social, artigos 203 e 204, consta o reconhecimento legal da Assistência Social enquanto política pública – um dos pilares do sistema de proteção social brasileiro no âmbito da seguridade social. Logo, a proteção social pode ser discutida como uma

Política de proteção social de Assistência Social que se ocupa da vitimização, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que os cidadãos e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrências de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana. O Sistema Único da Assistência social passa a adotar as categorias de proteção social básica: ações de caráter preventivo com o objetivo de fortalecer os laços familiares e comunitários; proteção especial de média complexidade: são ações destinadas a situações onde os direitos do indivíduo e da família já foram violados, mas ainda há vínculo familiar e comunitários; proteção social especial de alta complexidade: atende a casos em que os direitos do indivíduo ou da família já foram violados e também quando o vínculo familiar é rompido. (BRASIL, 2005, p.15).

A garantia desse pilar efetivou-se sob forte pressão da sociedade civil, que se organizou e exigiu direitos políticos e sociais básicos, consolidando ganhos esperados há décadas e expressos na concepção da Assistência Social como “direito de todos e dever do Estado”, conforme intitula a Lei nº 8.742 de 07/12/1993, reconhecida como LOAS, regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, dispondo sobre sua organização dentro de um sistema descentralizado e participativo, criando novas bases de gestão na formulação e implementação da Assistência Social com um modelo único que respeita as diferenças territoriais e culturais do país.

A LOAS, deste modo, define a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado; política de seguridade social não contributiva que prevê os mínimos sociais mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir atendimento às necessidades básicas, prevendo a descentralização político-administrativa para os estados, o Distrito Federal e os municípios com comando único das ações em cada esfera de governo. Importa saber, nesse sentido, que:

Estabelecer mínimos sociais é mais do que um ato jurídico ou um ato formal, pois exige a constituição de um outro estatuto de responsabilidade pública e social [...] e funda uma nova cultura num contexto de grande acidez à sua proliferação. Por isso, denominamos este processo de revolução da consciência da cidadania. (SPOSATI et al., 2007, p. 13).

Do mesmo modo, para a consolidação dos direitos sociais e garantia da cidadania:

A LOAS estabelece uma nova matriz para a Assistência Social brasileira, iniciando um processo que tem como perspectiva torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitam. A inserção na seguridade aponta também para o seu caráter de política de proteção social articuladas a outras políticas do campo social voltada à garantia de direitos e de condição digna de vidas. Desse modo, a Assistência Social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaços de ampliação de seu protagonismo. Marcada, portanto, pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para esses serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade. (YASBEK, 2004, p. 13).

Diante dessa nova matriz para a Assistência Social, o Estado assume novo compromisso de combater a exclusão social das camadas populacionais que vivem às margens das condições dignas de reprodução social. A PNAS, aprovada em 2004, incorporou demandas presentes na sociedade brasileira, que define a responsabilidade política e pública do Estado de direitos, determinando as diretrizes na efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e de responsabilidade do Estado:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como entidades beneficentes e de Assistência Social, garantindo o comando único das

ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera do governo; IV - centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. (BRASIL, 2004, p. 26-27).

Sendo assim, a PNAS estabelece como função básica da Assistência Social a proteção social hierarquizada entre proteção básica e especial (média e alta), a vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais. A proteção social básica é coordenada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), tem como objetivos “[...] prevenir situações de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2005, p. 17) e destina-se a famílias e indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada.

Destaca-se, nesse sentido, de acordo com o Centro de Estudos de Metrópole (2004, p. 12), que a situação de vulnerabilidade é

[...] um somatório de situações de precariedade, para além das precárias condições socioeconômicas (como indicadores de renda e escolaridade ruins) presentes em certos setores censitários. São considerados como elementos relevantes no entendimento da privação social aspectos como a composição demográfica das famílias residentes, a exposição, à situação de riscos variados (como altas incidências de certos agravos à saúde, gravidez precoce, exposição à morte violenta, etc.) precárias condições gerais de vida e outros indicadores.

A proteção social especial, coordenada pelo CREAS, é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandonos, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativa, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras. Estabelece ainda o nível de média complexidade, reportando ainda àqueles cujos direitos foram violados e cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, envolvendo o CREAS, visando à orientação do convívio sociofamiliar e comunitário.

O alto nível de complexidade reporta-se aos serviços que garantem atendimento integral como moradia, alimentação, higienização, trabalho protegido para as famílias e indivíduos que se encontram sem referência e em situação de ameaça, necessitando ser retirado de seu núcleo familiar e comunitário. A

organização do SUAS apresenta-se como necessário à consolidação e ampliação da seguridade social, conforme consta na I Conferência Nacional de Assistência Social, constituindo-se em reivindicação de todos os envolvidos na política de assistência social, com vistas a sua transformação em política de direitos. Esse processo culmina na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003 em Brasília-DF, deliberando a construção e implementação do SUAS:

Deliberam na I Conferência Nacional de Assistência Social, enquanto sistema cabem ao SUAS: 1- ações de proteção básica: - na perspectiva de prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A população alvo do SUAS é constituída por famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Os serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos CRAS centros de referência da a. s. ou de forma indireta nas entidades e organizações de a. s. da área de abrangência dos CRAS. 2 - ações de proteção especial: - atenção assistencial destinada a indivíduos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social. São vulnerabilidades decorrentes do abandono, privação, perda de vínculos, exploração, violência, etc. Essas ações destinam-se ao enfrentamento de situações de risco em famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e, ou, em situações nas quais já tenha ocorrido o rompimento dos laços familiares e comunitários. Podem ser: - de média complexidade: famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. - de alta complexidade: famílias e indivíduos com seus direitos violados, que se encontram sem referência, e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Em março de 2008 tínhamos no Brasil: 3,2 mil CRAS atendendo 7,6 milhões de pessoas, 931 CREAS atendendo 65,9 mil crianças e adolescentes. (SPOSATI et al., 2007, p. 18).

Construir esse novo modelo de gestão significa colocar em prática a determinação da LOAS, que estabelece a criação dos seguintes princípios, conforme os artigos 1 e 5.

- Sistema descentralizado e participativo que consolide um Sistema Único de Assistência social pautado na universalidade dos direitos sócio assistencial universalização no sentido de superar aquela ideia muito pontual e seletiva da política, imprimindo à Assistência Social o caráter de política pública e não contributiva;
- Sistema de direito do cidadão e dever do Estado;
- Provimento dos mínimos sociais, portando, campo de proteção social;
- Reconhecimento público das demandas dos usuários sendo-lhes garantida proteção social básica e especial. (BRASIL, 1993).

Desse modo, em outubro de 2004, atendendo ao cumprimento da deliberação da IV Conferência Nacional de 2004, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, o CNAS aprovou, após amplo debate coletivo, a PNAS em vigor, que apresenta o (re)desenho desta política, na perspectiva de implementação do SUAS, voltado à articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquias, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com a sociedade civil.

Ao introduzir uma concepção de sistema orgânico, onde a articulação entre três esferas de governo constitui-se em elemento fundamental, o SUAS estabelece:

[...] uma gestão pautada no pacto federativo, no qual devem ser detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão das ações socioassistenciais, em conformidade com o preconizado na LOAS e NOB, a partir das indicações e deliberações das conferências, dos conselhos e das comissões de gestão compartilhada (comissões intergestoras tripartite e bipartites – cit e cib's), as quais se constituem em espaços de discussão, negociação e pactuação dos instrumentos de gestão e formas de operacionalização da política nacional de Assistência Social. (BRASIL, 2004, p.10).

O SUAS é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios, no âmbito da assistência social, prestados diretamente ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. De tal modo, segundo Sposati et al. (2007, p. 18):

Muitos vêm sendo os desafios para a construção e gestão desse sistema que renova a Assistência Social brasileira. Vivemos hoje para a Assistência Social um momento decisivo para a sua concretização num patamar de prioridade de como a política pública de proteção social, direcionada à realização dos interesses das classes subalternizada em nossa sociedade.

Assim, a NOB/SUAS, aprovada em 15 de julho de 2005, consiste em um instrumento decisivo na orientação da gestão social na perspectiva de regularização dos conteúdos e determinações da PNAS (2004), pois tem como função “[...] disciplinar a operacionalização da gestão da política de assistência social, conforme a constituição federal de 1988, a LOAS/1993 e a legislação complementar aplicável

nos termos da PNAS/2004, sob a égide da construção do SUAS” (BRASIL, 2005, p.84).

Um dos avanços da NOB/SUAS está no estabelecimento de níveis de gestão e de corresponsabilidade das esferas do governo no financiamento da política nacional de assistência social, constituindo eixos estruturantes para a realização do cofinanciamento a ser efetivado entre os entes federados e as instâncias de articulação, de pactuação dos planos de assistência social e deliberação para implementação e consolidação do SUAS no Brasil. Isso significa que a construção e implantação do SUAS interrompe o modelo de programas impostos “de cima para baixo”, ou seja, de uma gestão centralizadora e autoritária, que desconsidera as necessidades reais e específicas.

Dessa forma, a NOB/SUAS prevê uma rede socioassistencial articulada em torno da proteção social, que deve prover um conjunto integrado de ações da iniciativa pública e da sociedade, ofertando e operando benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas as unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia básica e especial e ainda por níveis de compreensão. Ao consolidar a PNAS, o SUAS também organiza e estrutura as funções assistenciais, no que tange a proteção social, a vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais, sendo que a vigilância social

[...] consiste no desenvolvimento da capacidade e de meios de gestão assumidos pelo órgão público gestor da assistência social para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social da população e do território pelo qual é responsável [...] o sistema de vigilância de assistência social é responsável por detectar e informar as características e dimensões das situações de precarização que vulnerabilizam e trazem riscos e danos aos cidadãos, a sua autonomia, socialização e ao convívio familiar. (BRASIL, 2005, p. 19-20).

A vigilância socioassistencial está ligada em criar indicadores das situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal, buscando apreender/conhecer o dia-a-dia da vida das famílias. Já a defesa social e institucional está articulada com a Política de Assistência Social e com as demais Políticas Sociais que são “[...] voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida” (BRASIL, 2005, p.19).

Ademais, a rede socioassistencial articula em defesa dos direitos de cidadania e se organiza a partir dos seguintes parâmetros:

Oferta, de maneira integrada, de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social para a cobertura de riscos, vulnerabilidades, danos, vitimizações, agressões ao ciclo da vida e à dignidade humana e à fragilidade das famílias [...] Territorização da rede de Assistência Social sob critérios de: oferta capilar de serviços para desenvolver seu caráter educativo e preventivo nos territórios com maior incidência de população em vulnerabilidade e riscos sociais [...]. (BRASIL, 2004, p. 95).

Portanto, a NOB/SUAS avança para a construção do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social, pois trata-se de um documento que disciplina a descentralização político-administrativa da Assistência Social, o financiamento e a relação entre os três níveis de governo. Nesse sentido, verifica-se o cuidado da Política Nacional de Assistência Social em respeitar os cidadãos e as famílias, reconhecendo-os como sujeito de sua própria história dotados de experiências e valores, capazes de construir mudanças. Deste modo, a proteção social da Assistência Social se pauta nas seguintes ações:

[...] cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para a redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. (BRASIL, 2005, p.16).

Logo, a proteção tem por princípios a matricialidade sociofamiliar, a territorialização, a proteção proativa, a integração à seguridade social e a integração às Políticas Sociais e econômicas; e tem ainda por garantia a segurança de acolhida, a segurança social de renda, a segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social, a segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social e a segurança de sobrevivência a riscos circunstanciais.

4 A ARTE NA CASA DA JUVENTUDE

A Casa da Juventude Pe. Burnier (CAJU) é um Instituto de Formação, Assessoria e Pesquisa Juvenil, localizado na 11ª Avenida, nº 953, Setor Universitário, Goiânia/GO, na região Leste de Goiânia, bairro de classe média, com uma ocupação irregular, constituindo a extensão nas proximidades da região central, com linhas de ônibus de diversas regiões da cidade e um terminal de integração de passageiros.

A região conta com dois *campi* universitários, um deles da Universidade Federal de Goiás e outro da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Tem proximidade com a Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho, a Regional de Educação de Goiânia, Conselho Tutelar, uma unidade municipal de assistência social, Casa de Passagem Municipal de Meninos e Meninas e Secretaria Municipal de Educação, conforme especifica o Plano de Ação (CAJU, 2014).

A CAJU é uma obra apostólica da Companhia de Jesus – Jesuítas do Brasil, fundada em 1984, juridicamente, tornou-se uma filial da Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social (AJEAS). Reconhecida como associação civil sem fins lucrativos, de natureza educacional, cultural e assistencial, e de utilidade pública, oferece serviços públicos na perspectiva do projeto de vida e garantia de direitos, tendo como foco os(as) adolescentes e jovens empobrecidos(as) e suas famílias.

A Casa da Juventude também está inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no Conselho Municipal de Assistência Social de Goiânia (CMAS) e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Goiânia (CMDCA). Atualmente, coordena a Comissão de Políticas Públicas do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, em Goiânia, compõe o Conselho Estadual de Juventude de Goiás e é membro titular da sociedade civil no Conselho Estadual de Assistência Social e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Pe. João Bosco Burnier.

Diversas ações e serviços são oferecidos pela CAJU, tais como Informática e Cidadania, Teatro, Dança, Afetividade e Sexualidade, Trilha de Formação, a partir do Projeto de Assistência Social; Curso de Educação em Direitos Humanos, Atendimentos amplos (orientações psicossociais e jurídicas, assistência jurídica a processos de direitos violados e mediação de conflitos), Reuniões para apoio e

articulação junto aos grupos, movimentos e comitês no estado de Goiás, Participação nos Encontros Nacionais dos Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDH) e Produção e publicação de relatório sobre situação de violência em Goiás a partir do Centro de Referência em Direitos Humanos Pe. João Bosco Penido Burnier (CRDH) e Espaço de Coordenadores(as), Formação Bíblica para Jovens, Exercícios Espirituais para jovens, Caminhada Ecológica Inaciana e Mochilada Jovem e do Projeto de Assistência Pastoral (CAJU, 2014).

A Casa da Juventude Pe. Burnier tem como objetivo a construção de relações coletivas e afetivas que valorizem a diversidade (étnica, cultural, racial e sexual), o lúdico, a festa e os agrupamentos sociais e sua cultura, seu conhecimento, visão de mundo e modo de vida. No ano de 2011 foram atendidas 7633 pessoas pelas atividades da CAJU, nos diversos ambientes eclesiais e civis, em diversos níveis. Considerando-se que cada pessoa representa o envolvimento de outras cinco em seus ambientes de relacionamento e como a maioria do público atendido é composto por lideranças, pode-se dizer que a ação chegou, direta e/ou indiretamente, a cerca de 38.165 pessoas em 2011 (TEIXEIRA, 2015).

A estrutura física da casa é composta por um amplo espaço, seu interior contém 10 banheiros, 1 sala de refeitório com capacidade para 100 pessoas, 1 sala do diretor, 1 sala do coordenador do projeto, 1 sala de teatro, 1 sala de dança, 1 sala de informática, 1 biblioteca com acesso à internet, 2 salas de recepção, 1 garagem, 1 sala de evento e missas, sendo um espaço bem agradável que propicia o bom aprendizado por ser bem arejado e muito amplo.

Nas visitas realizadas nos meses de novembro e dezembro, foi possível constatar um ambiente sempre limpo e harmonioso entre os jovens e funcionários, além do compromisso, respeito, carinho e atenção com todos. Também apresenta estrutura e projetos diversos, como os de arte. Segundo Scherer (2013, p. 152), esses projetos expressam

[...] um elemento da vida humana que tem grandes possibilidades, no que diz respeito aos processos de desalienação bem como as possibilidades emancipatórias. Este elemento, entretanto, não resolverá todas as mazelas de uma sociedade como um bálsamo “mágico” para enfrentamento das expressões da Questão Social, uma vez que tais expressões são fruto de um sistema que se baseia na exploração e na desigualdade. Colocar a arte como um elemento de “salvação”, sacralizar a arte, constitui-se por uma ação que desconsidera a totalidade da realidade, analisando o real por um prisma ingênuo, carregado de um romantismo utópico. Da mesma forma, é reducionista analisar a arte apenas como algo instrumental, abstraindo-a da

vida humana, percebendo-a meramente como um meio para solucionar problemas individuais, de forma fragmentada, desassociada de uma leitura mais ampla da questão política que a arte pode articular. Representa uma abordagem que limita e reduz o papel da arte no enfrentamento dos processos de alienação, na perspectiva da construção coletiva de projetos societários mais justos e igualitários.

Com a Lei nº 5.692/71 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a arte foi incluída no currículo escolar com o título de Educação Artística, considerada, porém, como “atividade educativa” e não como disciplina. A consequência foi a perda da qualidade dos saberes específicos das diversas formas de arte, dando lugar a uma aprendizagem reprodutiva.

Anos depois, a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional representa mais um avanço para a área, pondo fim a discussões sobre o eventual caráter de não obrigatoriedade. Assim, a arte passa a ser considerada obrigatória na Educação Básica, como especificado no art. 26, § 2º: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL, 1996).

4.1 A CAJU e sua Ação Social

Estimular e oferecer a arte para a juventude é uma missão da Casa da Juventude Pe. Burnier – Instituto de Formação Assessoria e Pesquisa (CAJU), que começou seus trabalhos em 1984, a partir de propostas elaboradas por religiosos(as) e leigos(as) comprometidos(as) com a juventude e suas demandas, buscou garantir seus princípios e a opção pelos jovens vulnerabilizados; empoderar a juventude, a partir de uma formação integral e processual, para que os(as) jovens fossem protagonistas da transformação social, participando de discussões e formulações de propostas de Políticas Públicas que garantissem seus direitos e a construção de projetos de vida; embasar a prática em princípios e em valores de cidadania, humanos e comunitários.

As práticas materializadas principalmente na formação de multiplicadores(as) que atuam junto aos grupos, na perspectiva dos direitos e da inclusão social, tornam a Casa da Juventude referência no trabalho de jovens,

[...] contribuindo para sua emancipação e encorajando outros órgãos governamentais e não governamentais a programarem serviços de

atendimento à juventude. A pedagogia da Casa teve como eixo o CONTEXTO concreto dos/as educadores/as e assessores/as (família, bairro, Brasil, mundo). Parte da EXPERIÊNCIA para provocar nova REFLEXÃO e nova AÇÃO, isso sempre dentro de um processo AVALIATIVO. O cuidado referente ao espaço, às pessoas e às relações sempre se fizeram presente na história da Casa. A Casa da Juventude Pe. Burnier (CAJU) tem como missão realizar atendimento com adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, buscando empoderá-los para o protagonismo social. (CAJU, 2015, p. 7).

Nesse sentido, o marco legal para a construção da CAJU como política pública concretizadora de direito social, com ênfase no princípio do fortalecimento de vínculo familiar e social, preconizado tanto na PNAS/2004 como no SUAS/2005, pela resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, foi organizado pelo nível de complexidade de proteção social básica, com foco no serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, objeto de análise dessa pesquisa no atendimento à criança e ao adolescente.

O foco no fortalecimento da convivência familiar e comunitária contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho, sendo o principal projeto social desenvolvido intitulado “Juventude sempre viva: fortalecendo vínculos e trilhando caminhos para a cidadania”.

O público do projeto constitui-se de adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos, conforme estabelece a Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), advindos de Goiânia e Região Metropolitana, em situações de vulnerabilidade e/ou risco social e/ou pessoal, ou seja, adolescentes e jovens pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda ou com esse perfil de renda; adolescentes e jovens egressos ou em cumprimento de medida socioeducativa, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2001); adolescentes e jovens em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto no (ECA); adolescentes e jovens do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou adolescentes e jovens egressos ou vinculados ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); adolescentes e jovens com deficiência, em especial beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e adolescentes e jovens fora da escola.

As ações e atividades realizadas pelo Projeto “Juventude sempre viva: fortalecendo vínculos e trilhando caminhos para a cidadania” possuem caráter preventivo e proativo e são realizadas em grupos, respeitando a faixa etária e a condição peculiar de desenvolvimento deste ciclo de vida. Considerando que os adolescentes e jovens brasileiros estão constantemente expostos a uma série de vulnerabilidades e riscos sociais, que podem comprometer seu desenvolvimento biopsicossocial, destacam-se a Baixa escolaridade, a Violência urbana e doméstica (Física, Psicológica e Sexual); Gravidez na adolescência, DST's; Envolvimento com substâncias psicoativas; Dificuldade de acesso aos serviços públicos e a informação de direitos; Fragilidade de vínculos familiares e comunitários; Pobreza; Dificuldade de acesso ao mundo do trabalho com qualificação (CAJU, 2015). Ainda de acordo com o plano, dentro deste projeto estão as principais ações sociais desenvolvidas na CAJU que podem ser assim descritas:

a) Acolhida: Essa ação consiste em receber os(as) adolescentes e suas famílias com ampla apresentação do espaço, conversa sobre os objetivos e ações do projeto, sua duração, horários, procedimentos e acordos de convivências. Apresentar o que é a instituição com sua história e atividades, demonstrar as origens legais que sustentam a entrada e a permanência dos(as) adolescentes no projeto, dar a conhecer o conjunto de profissionais que irão interagir com os(as) adolescentes. Trata-se de uma ação realizada por meio de saudações poéticas, rodas de conversa, apresentações de slides, materiais de audiovisual, usos de técnicas de apresentação pessoal, rodas de música e danças. E ocorre em momentos distintos, ou seja, no momento de entrada dos(as) adolescentes no projeto de maneira individualizada, durante a apresentação coletiva nos grupos de adolescentes formados no início do projeto, bem como em reuniões com pais/responsáveis.

b) Entrevista e Cadastramentos dos(as) usuários(as): O objetivo da entrevista é conhecer a situação socioeconômica e relacional dos(as) usuários(as) e de suas famílias, identificando as demandas que perpassam a realidade social dessas pessoas, para que com essas informações possa dar prosseguimento ao atendimento e garantir informações. Antes de iniciar o procedimento de entrevista, o(a) assistente social organiza o espaço/local, os documentos que necessita (formulários, prontuários, canetas) e tem o devido cuidado com o sigilo que o

momento exige. A entrevista é realizada em dupla, considerando que o atendimento é psicossocial, para isso, no momento da entrevista, o(a) assistente social convida o(a) psicólogo(a) social para participar. Estes profissionais solicitam ao(à) adolescente e/ou seus responsáveis presentes que disponibilizem as devidas documentações de ambos (RG e CPF). Após a realização da entrevista o/a assistente social lança em uma planilha os dados dos(as) usuário(as) atendidos(as), além de criar uma lista com relatos das demandas reprimidas que eventualmente possam aparecer. O processo de entrevista acontece de janeiro a junho e de agosto a setembro, de acordo com a demanda apresentada pelo(a) adolescente, família e rede socioassistencial. Em casos excepcionais o(a) adolescente pode ingressar no projeto fora deste período, considerando o grau de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e/ou social estabelecido e o encaminhamento de rede de serviços socioassistenciais.

c) *Caminhada Cultural e Ambiental*: Caminhar por um dia em uma cidade do entorno de Goiânia, visitando pequenos produtores, conhecendo experiências exitosas na preservação ambiental, fazendo rodas de conversas intergeracionais, discutindo a política pública de cultura e ambiental, realizando trocas culturais. Essa é uma atividade realizada em parceria com o Fórum sobre Tradições Populares do Cerrado - que reúne cinco experiências com juventude em cinco cidades da região metropolitana de Goiânia. Para realizar essa ação os/as adolescentes passam por preparações da ordem formativa, informativa e debates, envolvem-se na organização de todo o evento, por meio de equipes e participações de ações com os protagonistas – organizadores agentes fazedores de atividades culturais e dialógicos de toda a caminhada – e, ao final, avalia-se todo o evento fazendo os apontamentos e encaminhamentos de impactos em relação às propostas culturais e ambientais vividas, debatidas e inspiradas ao longo do caminho realizado.

d) *Cine-Pipoca*: Esta ação é constituída de mostra de filmes curtas e longas, previamente estabelecidos, obedecendo a uma lógica de lazer e produção de conhecimento. Essa atividade acontece no mês de julho e uma vez a cada bimestre – fevereiro, maio, setembro e novembro - com todos os(as) adolescentes participantes do projeto, seguido de debate orientado por perguntas e esclarecimentos sobre a temática escolhida e animado por pipoca, refrigerante e doces.

e) *Circuito Cultura*: Esta atividade constitui-se de visitas planejadas e orientadas aos museus de Goiânia - Museu antropológico da Universidade Federal de Goiás, Museu Jesco Puttkamer da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (acervo indígena), Museu da Imagem e Som (acervo fotográfico/histórico, musical e textual) e Memorial do Cerrado (Pontifícia Universidade Católica de Goiás, espaço de preservação ambiental, tradições e réplicas de quilombo e aldeias indígenas) e o Planetário da Universidade Federal de Goiás (atividade de conhecimento sobre astronomia). Esta ação ocorre no mês de julho durante uma semana dedicada a este circuito, no intuito de apresentar as trilhas culturais possíveis nas veias camufladas das cidades, como museus - locais da memória de um povo de um lugar que deve ser apresentado aos adolescentes em processo de formação e com vínculos socioculturais fragilizados. Assim, cada dia da semana visita-se um museu com as devidas orientações do local e repercussões desta ida.

f) *Elaboração de Relatórios de Monitoramento da Atividade*: No intuito de registrar as atividades do Projeto “Juventude sempre viva: fortalecendo vínculos e trilhando caminhos para a cidadania”, é feito ao final de cada atividade um relatório de sistematização da ação, contando o que ocorreu, a descrição do conteúdo trabalhado, número de participantes, material utilizado, resultados alcançados e avaliação dos(as) usuários(as). Essa ação tem como objetivo central registrar as ações a fim de possibilitar o desenvolvimento do relatório social de prestação de contas, bem como de avaliação do projeto.

g) *Encaminhamentos a serviços, instituições e programas de atendimento da rede socioassistencial de Goiânia e Região Metropolitana conforme necessidade do usuário*: Essa atividade de caráter permanente constitui-se em potencializar os contatos com a rede socioassistencial e realizar os encaminhamentos gerados a partir das visitas às famílias dos(as) adolescentes atendidos no projeto, bem como das demandas geradas no dia-a-dia, no decorrer das ações cotidianas que têm consonância na rede. Isto gera visitas às famílias, instituições, encaminhamentos e seus devidos acompanhamentos, reuniões, formação de parcerias e alimentação dos fluxos da rede.

h) *Gincana, jogos e recreação, dia no clube*: em uma semana de julho, é realizada esta atividade de jogos, gincana e passeio no clube. Para viabilizar essa atividade, são necessários a constituição e a compra de vários jogos educativos, organização de brincadeiras populares, formação de equipes com os(as)

adolescentes para realização das ações em pequenos grupos e em equipes maiores. Para isso, são realizadas visitas a alguns possíveis parceiros como Sindicatos e Sistema “S”, com o intuito de viabilizar condição para um passeio de lazer (Dia no Clube) para os/as adolescentes.

i) Grupos Psicoeducativo: Essa atividade destina-se principalmente à escuta dos(as) adolescentes, tendo como objetivo facilitar a comunicação, a reflexão dos sentimentos, autoconhecimento, autoestima. A dinâmica do grupo contribui na percepção de questões particulares e motiva a superação de problemas de forma coletiva, possibilita o exercício da confiança e segurança, contribuindo com a identificação de fatores de riscos e prevenção em vários temas abordados. A turma é composta de 20 adolescentes, que se encontram quinzenalmente, os temas trabalhados são previamente estabelecidos e programados, sem deixar de trabalhar assuntos levantados pelos adolescentes. Conta com uma equipe multiprofissional que tem como instrumentos motivadores técnicas de dinâmicas de grupo, vídeos, debates, vivências e jogos educativos.

j) Mostras Culturais: São realizadas duas vezes ao ano como atividade síntese de cada semestre, em junho e em dezembro, com produtos preparados nas ações regularmente vividas. São realizadas peças cênicas, peças visuais – a partir da informática -, com coreografias e grupos convidados, que fazem apresentações para coroar o trabalho de cada semestre. Acontece em dois turnos, mas pode ser em apenas um, depende da disposição dos(as) adolescentes dentro das relações que estabeleçam com outras instituições, a escola em particular. Perpassa essa atividade de acolhida, motivações e apresentações dos(as) adolescentes entre si e os convidados, compondo cronograma de atividades do dia. Trata-se de uma ação aberta aos familiares que são envolvidos no projeto.

k) Oficina de Dança e Cidadania: São envolvidos nessa atividade exercícios de bases, montagem de coreografias, estudos do movimento hip hop – seus atores, suas influências, suas composições e seu estilo –, que desenvolvem práticas individuais e coletivas, analisam as tendências do movimento por meio de suas composições e organicidade. Tudo isto, dentro de uma preparação corporal que libere tensões, fortalece a musculatura, anime a mente a vãos de superação, tão adensados nessa sociedade, sobre o desenvolvimento dos adolescentes. Essas ações acontecem todos os dias da semana, ocorrem em sala espelhada e duram uma hora e vinte minutos nos ensaios de dança com apoio da equipe técnica.

l) *Oficina de Informática e Cidadania*: Atividade que objetiva introduzir e aprofundar o conhecimento em tecnologias da informação, possibilita aos adolescentes vislumbrar horizontes, conhecer os pacotes elementares em software e hardware, bem como aprofundar as percepções dentro do envolvimento e desenvolvimento de cada um, considerando suas inserções na família e possivelmente no mercado de trabalho. Acontece todos os dias da semana, dentro de um laboratório com computadores disponíveis em rede, com a presença de um instrutor devidamente habilitado que acompanha todo o desenvolvimento.

m) *Oficina de Projeto de Vida*: Busca-se a manifestação de sonhos, a importância das escolhas e seu devido planejamento, de quinze em quinze dias, com orientação multiprofissional, fazendo uso de técnicas de dinâmicas de grupo, textos e materiais para que os adolescentes possam pensar refletir, tomar decisões e planejar a vida num exercício de curto, médio e longo prazo, considerando que a visão destes sobre o tempo é proporcionalmente diferenciada de um adulto. Esta oficina está sempre em processo crescente de conquista, adesão, conhecimento, despertar, desejo e busca de autonomia para, enfim, planejar de forma minimamente sistemática a vida, seja por meio de cartas, diários e planos.

n) *Oficina de Teatro e Cidadania*: Atividade que envolve a expressão corporal, o uso adequado da voz, apresentações de técnicas de composição da personagem, espacialização, lateralidade, atenção, variações de teorias cênicas que se complementam em busca de superação do medo da exposição pública, busca de energias libertadoras do corpo reprimido no cotidiano, e ainda, máscaras faciais com ou sem subterfúgios, composição de figurinos e cenários compõem os elementos dessa oficina. É uma atividade que possui estreita relação com o fortalecimento de vínculos dos(as) adolescentes com o grupo interno e os grupos externos, acontece todos os dias da semana e é desenvolvida em sala espaçosa e adequada, com duração de uma hora e vinte minutos, uso de som, *notebook*, maquiagem, uso constante de literatura teatral e cênica, por fim, organizada nos passos e no comando de um educador de teatro.

o) *Visita a espaços recreativos e ambientais* (parques e praças da cidade de Goiânia e Municípios da Região Metropolitana): Atividade que se constitui a partir de orientações sobre os lugares e a ocupação urbana, que segue padrões de desfiguração de sua área verde e ocupação dos mananciais por grandes empreendimentos imobiliários e comerciais. Como os parques são construídos,

muitas vezes, para atender a vizinhança com alto poder aquisitivo, com a visita, é possível permitir aos adolescentes olhar como a cidade é pensada, considerando o recorte e, em contrapartida, permitindo-nos usufruir dos benefícios que estes parques e praças possibilitam, bem como aprender sobre o Cerrado e seu potencial, e fazer crítica ao ambiente modificado pela ação humana. Essa visita ocorre em uma semana de julho, primeiro nos parques próximos do centro urbano e, num segundo momento, nos mais distantes.

p) Visitas Domiciliares: Essa atividade é de vital importância para o êxito do projeto, dela nasce o vínculo dos responsáveis dos(as) adolescentes com o projeto, ao entender que a família é a primeira instituição na qual o(a) adolescente se insere e que, independente dos formatos ou modelos que assume, é uma ação mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, e se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e, geralmente, também, por desigualdades. Portanto, o envolvimento da família é necessário para que o processo particular de desenvolvimento seja acompanhado e demandas conflituosas sejam monitoradas e encaminhadas à rede. As visitas domiciliares ocorrem para que as condições de vida dos(as) adolescentes sejam observados, bem como os valores que perpassam as famílias e suas relações, com o objetivo de intervir em sua dinâmica, visando compreender os aspectos geradores da fragilização de vínculos e garantir seu restabelecimento. As visitas domiciliares são mobilizadas para que a participação no projeto seja sequencial e permanente. Para isso, são necessárias visitas semanais por dois profissionais, no período de fevereiro a junho, agosto a dezembro, e quinzenalmente, pela equipe técnica do projeto, ou seja, assistente social, psicóloga social, coordenador do projeto e eventualmente. Com o objetivo de identificar as demandas pessoais dos(as) adolescentes e de suas famílias em um contexto sócio histórico no qual estes estão inseridos. Este atendimento contribui para fortalecimento de vínculo familiar e comunitário.

q) Reunião com pais/responsáveis: Com a finalidade de proporcionar contato mais próximo com a família do(a) adolescente participante do projeto, são realizadas reuniões trimestrais com os pais/responsáveis, durante os meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro, com o objetivo de trabalhar questões relacionadas ao desenvolvimento dos adolescentes, com temáticas formativas e informativas, tais como convívio familiar, educação sexual, desenvolvimento do

projeto – regras e trabalho desenvolvido, drogas e violência, estatuto da criança e do adolescente, a importância do diálogo com os adolescentes, além de outras temáticas solicitadas por esses pais/responsáveis. Para a execução desse processo é realizado convite formal para os pais, acompanhando a lista de presença, apresentação de slides, vídeos e/ou músicas, rodas de conversa e dinâmicas. Ao final de cada reunião são elaborados relatórios de acompanhamento das atividades.

r) *Datas Comemorativas:* Constitui-se de momentos comemorativos e festivos; aniversários dos(as) adolescentes, Festa Junina e Natal. Uma vez por mês, os aniversários são comemorados. Em junho, acontece a Festa Junina para o conjunto de funcionários, adolescentes e seus familiares e, em dezembro, é celebrado o Natal. Além disso, comemora-se o Dia Internacional da Mulher e o Dia da Consciência Negra, por considerar que esses dias representam a conquista de direitos sociais e civis por meio de mobilizações e lutas sociais. Essa atividade perpassa o conteúdo das demais ações.

4.2 Os Jovens e os Programas Artísticos da CAJU

A partir da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, Resolução Nacional nº 109, de 11 de novembro de 2009, passou-se a desenvolver o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atendendo adolescentes, jovens e famílias. No ano de 2014, a CAJU atendeu em torno de 121 adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos e suas respectivas famílias, por meio de ações como Oficina de Informática e Cidadania, Dança e Cidadania, Teatro e Cidadania, Grupo psicoeducativo, Oficina de Projeto de vida, realização de visitas domiciliares e institucionais, reuniões com pais/responsáveis e com adolescentes, bem como a realização de encaminhamentos para a rede de serviço socioassistencial. De acordo com Teixeira (2014, p. 9-10):

Os segmentos juvenis são diferenciados por critérios relacionados a territórios, gênero, etnia, classe social, etc., o que sinaliza para a diversidade nos modos de viver e o ser jovem. Este fato aponta para o que é consensual entre os estudiosos da temática, de um lado a compreensão da juventude enquanto uma construção social, cultural e histórica e, de outro, a configuração de uma categoria multidimensional por se tratar de uma realidade múltipla pela crescente diversidade de agrupamentos juvenis.

Pode-se destacar ainda que os conceitos de agrupamentos juvenis e de redes de proteção social se entrelaçam à medida que ambos têm um marco de reciprocidade e se destacam por um conjunto de laços de pessoas e instituições. Esses laços podem ser formados por instituições com vínculos formais e burocráticos, mas podem ser, também, constituídos por outras formas e vínculos de reciprocidade, como as conexões de vizinhança, amizade, ou por compartilhamento de valores e princípios capazes de agregar ações e organizar formas de intervenção com base em bandeiras que evidenciam interesses comuns, como é o caso de muitos grupos de jovens. Dessa forma, a CAJU constitui-se no elo entre esse agrupamento juvenil, sendo referência para os jovens com voz ativa (TEIXEIRA, 2014).

Segundo Sposito (2009, p. 17), a juventude destaca-se como:

Um tema que alcançou maior visibilidade nos últimos quinze anos no Brasil como produto da intersecção de vários domínios da vida social e da ação de diferentes atores. Os jovens entram na pauta das políticas públicas como parte da questão social e do crescimento da violência do país. Iniciativas também observadas nesse período em um primeiro momento nas prefeituras e, posteriormente, em âmbito federal, tentam trazer para a arena pública novas visibilidades em torno dos segmentos juvenis considerados como atores capazes de ação e de interlocução política. Há, assim, uma confluência de demandas e de representações no campo político que se torna uma arena bastante diversificada de iniciativas e de concepções em torno da questão juvenil no país.

Estudos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2004) mostram que a socialização juvenil pode ser entendida como o processo de transmissão de normas, valores e costumes, e apresenta, entre os seus objetivos, a necessidade de assegurar a reprodução social, através de agentes socializadores, entre os quais podemos destacar a família, a escola e, principalmente, os grupos de jovens inseridos na Casa da Juventude.

A CAJU acolhe jovens, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade, e atua como um dos principais meios para a interação destes em rodas de conversas. Para a UNESCO (2004), existem vários elementos para a definição da condição juvenil: a obtenção de condição adulta como uma meta; a emancipação e a autonomia como trajetória; a construção de uma identidade própria como questão central; as relações entre gerações como um marco básico para atingir tais propósitos e as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, a interação entre pares como processo de socialização.

Nos dizeres de Teixeira (2014, p. 126):

Observa-se que a juventude busca sua visibilidade de diversas formas, construindo a sua identidade na procura de um espaço de vocalização que muitas vezes lhe é negado pela atual conjuntura; ao mesmo tempo, a esta juventude são atribuídas pela sociedade identidades que se constituem em estigmas pejorativos que culminam em processos de invisibilidade na naturalização das diversas violações de Direitos Humanos vivenciadas por este segmento social e, desta forma, na tensão entre identidade atribuída e identidade construída é que se surgem os processos de inviabilidade, que emergem na medida em que a juventude acessa diversos mecanismos de visibilidade e, contraditoriamente, a sociedade lhes atribui estigmas distorcidos e caricatos.

Por isso, a arte na vida destes jovens mostra-se como um elemento capaz de incidir contra os processos de alienação, pois faz com que o indivíduo se perceba em sua totalidade como ser social, dando a possibilidade de se manifestar de uma maneira única, reconhecendo-se no que produz. A arte capacita o homem para compreender a realidade sendo o protagonista de sua própria história, já que lhe permite comunicar-se de maneira livre, a partir de uma criação genuína, conectando-o como todo, imbuindo-lhe da capacidade de entender a própria realidade em que está inserido (SHERER, 2013).

Desse modo, enquanto a sociedade busca fragmentar o indivíduo do contexto social, a arte busca a unificação, atrelando o indivíduo ao todo social a qual pertence. Assim, pode-se perceber que não se trata de uma arte separada da vida humana, mas integrada, capaz de capacitar o indivíduo e ampliar de modo crítico a sua compreensão da realidade. Segundo Sherer (2013), por não se constituir como solução para todos os problemas da humanidade, a arte carrega consigo, de modo dialeticamente contraditório, a dimensão da libertação da alienação, pois falar em arte significa discorrer sobre uma dimensão abstrata, uma vez que este elemento só pode se realizar por meio do humano, que a produz e dá vida a este conceito por meio das suas mais diversas expressões

A arte na CAJU possibilita aos jovens o poder de diálogo, já que muitas vezes não são ouvidos em nossa sociedade. Essas conversas são incentivadas nas rodas e através de encontros, tanto com os jovens quanto com os pais e/ou responsáveis. As visitas mensais em suas residências são realizadas para averiguar as relações entre os jovens e suas famílias, demonstrando o compromisso e o respeito para com o futuro deles.

Conforme afirma Mioto (2001, p. 148), a visita domiciliar “[...] tem como objetivo conhecer as condições (residência, bairro) em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das relações, aspectos esses que geralmente escapam à entrevista de gabinete.” É fundamental que os adolescentes sintam-se seguros para que possam ter um desenvolvimento saudável, para isso é necessário manter o convívio familiar e comunitário para o amadurecimento dos mesmos e a constituição de uma vida adulta também saudável. Por esse motivo, torna-se importante garantir o direito de ser adolescente e experimentar inúmeras possibilidades de desenvolver habilidades, competências, projetos e sonhos.

Na Casa da Juventude, os jovens são beneficiados com vale transporte para o acesso e, no período em que estão dentro da casa, recebem alimentação (café da manhã, almoço e lanche da tarde). O atendimento no local propicia oportunidades e contribui para o seu desenvolvimento físico, psicológico e social. Nos espaços de participação, os adolescentes e suas famílias podem avaliar as atividades, os aspectos da acolhida e a estrutura física do lugar, além de disponibilizar instrumentos de avaliação do projeto para sugerir ações de melhoria à instituição.

Vale ressaltar que reconhecer-se enquanto sujeito de direitos é pressuposto fundamental na luta pela garantia desses direitos, mas não basta somente um autorreconhecimento, é necessário lutar para que isto seja ampliado para além de um único segmento social. Tal concepção deve influir toda a sociedade para que seja possível um avanço quanto à consagração em uma ordem prática desses direitos violados que a realidade tem mostrado.

Segundo Chauí (2002), a arte é parte do ser humano e deve possibilitar a instrumentalização de processos sociais e emancipatórios, que se contraponham a qualquer forma de tutela e manipulação, devendo ser engajada e comprometida, isto é, permitir a emancipação do gênero humano em um esforço de libertação articulada em uma dimensão estratégica, em que cada sujeito possa, a partir da sua própria essência, construir conhecimento sobre ele e o mundo, em uma perspectiva emancipatória.

Os primeiros elementos considerados pelo Projeto são a frequência nas atividades do projeto; inserções de famílias com perfil de renda inferior a três salários mínimos no Cadastro Único da Bolsa Família; quantidade de encaminhamentos para a rede socioassistencial e permanência do(a) adolescente na escola formal. Entre 306 entidades de atendimento existentes em Goiânia e na

Região Metropolitana, a Casa da Juventude é uma das poucas instituições que se ocupam da temática socioassistencial de forma integrada à promoção, garantia e defesa dos direitos de jovens e adolescentes (CAJU, 2015).

Diante desse cenário, cabe às políticas públicas da juventude articular iniciativas programáticas relacionadas com a melhoria das condições de vida dos jovens com outras orientadas ao fomento da participação, considerando que não basta satisfazer somente investimentos nas condições sociais e econômicas.

Como atores estratégicos do desenvolvimento sociocultural, os jovens contribuem para a superação de uma contradição paradoxal, entre os discursos favoráveis à participação juvenil – que quase todos os autores sugerem – e as práticas efetivas a esse respeito, atravessadas, em boa medida, por um receio aos eventuais deslizes juvenis. A contradição se apoia na ausência de canais institucionalizados e reconhecidos de participação juvenil. Por esse motivo, postula-se o desenvolvimento de programas que fomentem a participação dos jovens na implementação de políticas públicas de combate à pobreza e incentivos de participação ativa (UNESCO, 2004).

Neste sentido, a CAJU busca contribuir para redução de situações de vulnerabilidade social e seus possíveis agravamentos, ampliação de acesso aos direitos socioassistenciais, melhoria da qualidade de vida dos adolescentes e suas famílias e ampliação do acesso à informação, possibilitando, assim, que os adolescentes e famílias atendidas conheçam instâncias de denúncias e recursos em casos de violação de direitos, desenvolvimento de autonomia dos adolescentes junto à vida familiar e comunitária, com plena informação sobre seus direitos e deveres (CAJU, 2015).

Portanto, é necessário encontrar estratégias para inserção social da população juvenil de forma produtiva e criativa, possibilitando alternativas para saírem da condição de vulnerabilidade em que se encontram.

4.3 A Arte e o Fortalecimento de Vínculo Familiar

A arte e o fortalecimento de vínculo familiar vivenciados por adolescentes/jovens e familiares na CAJU estão em consonância com a Política Nacional de Assistência Social, que objetiva o fortalecimento da convivência familiar e comunitária. Ambos são fundamentais para a discussão sobre

adolescentes/jovens, o que se torna relevante no contexto histórico atual, uma vez que a temática encontra-se em pauta na discussão política, com destaque para o Serviço de Convivência e o Fortalecimento de Vínculo (SCFV), previsto na PNAS, e utiliza a intervenção social de forma

[...] planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009, p. 16).

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é

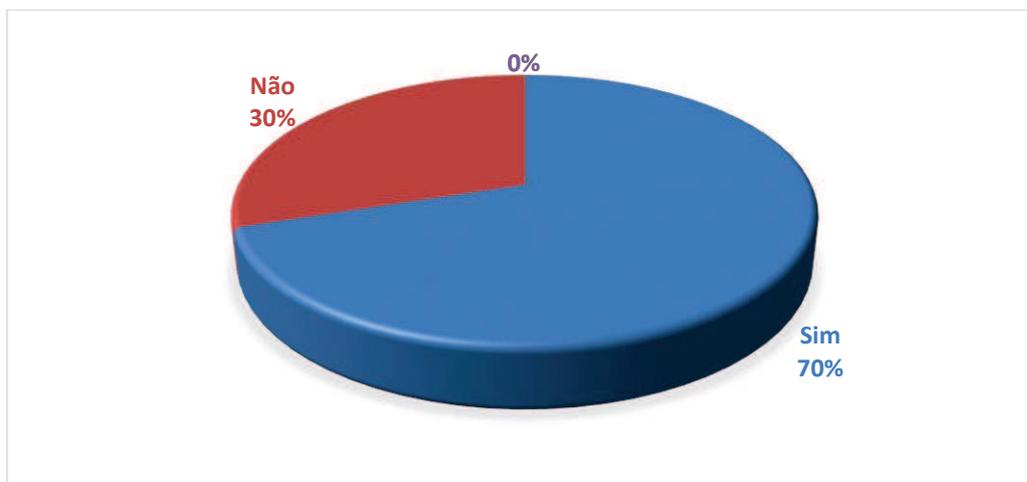
[..] realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. (BRASIL, 2009, p. 9-10).

A partir desses pressupostos, direcionados para o objeto deste estudo, foi possível investigar o teatro como possibilidade de fortalecimento de vínculo familiar e social na CAJU. No estudo empírico realizado na instituição de Assistência Social, verificou-se que são oferecidas atividades de fortalecimento de vínculos diariamente, por quatro horas/dia e em período alternados, aos jovens e adolescentes, estudantes de escola pública, moradores de Goiânia e Região Metropolitana.

Para a constituição de vínculo, as atividades possuem caráter continuado e em grupo e são realizadas com profissionais de diferentes categorias: Assistente Social, Psicólogo, Sociólogo, Professor de arte (dança, teatro), Professor de Informática e do Projeto de Vida. Esses profissionais são referências para os jovens e adolescentes, pois constroem possibilidades de um projeto de vida focado na participação social e cultural de forma crítica, promovendo o protagonismo juvenil “[...] para que se vejam como agentes sujeitos de direitos; contribuindo, assim, para a sua formação integral” (TEIXEIRA, 2014, p.84).

Durante a entrevista¹ realizada com os jovens, observou-se que a participação no teatro é a mais importante dentre as demais atividades para os jovens da CAJU. De um total de 15 jovens/adolescentes entrevistados, 70% afirmaram que a prática do teatro melhorou significativamente sua vida, como é possível ver no gráfico a seguir.

Entrevista 1 - Quanto à participação no teatro.



Fonte: Autora.

Sobre a participação nessas atividades, um dos entrevistados² afirma:

Ah, eu era meio um cara que não entendia bem as coisas, não gostava de estudar, era ignorante, um pouquinho mais, num dava confiança pra ninguém. E, depois que entrei na CAJU, eu fiquei mais comunicativo, conheci mais pessoas, fiz outras atividades da CAJU e fiz mais amizade. Ah! mudei muito, na escola, me afastei de muita gente, e passei a estudar mais. Foi na CAJU que passei a conhecer melhor as coisas da vida, tipo meus direitos e deveres, passei a respeitar melhor as pessoas e minha família. Ah! tipo isso, acho que as peças teatrais que a gente participou ajudou, sei lá.

O relato demonstra a importância do teatro em sua vida, funcionando como uma cortina que se abriu, pois ajudou-o a olhar sua vida e de outras pessoas de modo diferente. Ao reconhecer que não gostava de estudar e que tão pouco valorizava as pessoas, ele afirma ter sido por meio das encenações teatrais que

¹ Durante a transcrição das entrevistas, buscou-se manter a variedade linguística, mantendo traços da oralidade característicos da fala coloquial.

² Os nomes dos entrevistados foram preservados e optou-se por nomeá-los de modo fictício. Aqui, tem-se a fala de Lírio, um dos entrevistados.

aprendeu mais sobre direitos e deveres, além de respeitar mais sua família e aprender a gostar mais de estudar.

Aspectos importantes dessa prática artística contribuíram na vida dos jovens e adolescentes, pois eles passaram a perceber melhor a comunicação, o respeito e o conhecimento de seus direitos, deveres, afetos familiares e comunitários e, sobretudo, passaram a ter uma visão crítica de sua realidade. Dessa forma, foi possível perceber que a arte do teatro representou a dimensão da vida humana, a fim de fortalecer processos sociais emancipatórios, bem como desvelar o cotidiano das juventudes, compreendendo que a arte não está trancada em determinados espaços, mas presente em cada ser humano e no seu cotidiano. Assim, o teatro revelou diversas possibilidades quando articulada estrategicamente de modo a compreender a realidade em que está inserido.

Sendo assim, os dados mostram mudanças positivas, cumprindo o objetivo da CAJU de fortalecer os princípios fundamentais ao “[...] oferecer um serviço especializado sobre a juventude, acompanhamento a grupos juvenis, possibilitando ações de prevenção primária, construção de cidadania e ampliação dos direitos juvenis” (CAJU, 2014, p. 1). As atividades teatrais também demonstraram sua consonância com a Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais, que prevê a realização de “[...] ações com foco na convivência social, por meio da arte cultural, oportunidade de acesso a direitos, posicionamento e visões de mundo (BRASIL, 2009, p.16), demonstrando o compromisso dos profissionais da CAJU, que direcionam as atividades voltadas para garantir o projeto político pedagógico da instituição.

Para Teixeira (2014, p.84-85), tais práticas ampliam “[...] as possibilidades de participação social, cultural, de forma crítica; conscientizando os(as) adolescentes para o “protagonismo juvenil”, para que se vejam como agentes de direitos contribuindo, assim, para a sua formação integral.” Dos entrevistados, apenas 30% não consideram que o teatro proporcionou mudanças significativas em suas vidas, e muitos deles afirmam gostar das demais atividades oferecidas, como assegura outra entrevistada³:

Tia, pra falar a verdade eu gosto de todas, porque aqui me sinto bem, a gente aprende muita coisa, os tios e as tias daqui tratam a gente bem, a

3 Identificada com o nome de Margarida.

gente tem direito ao lanche, vale transporte e ainda temos as oficinas para participar e a biblioteca pra gente usar.

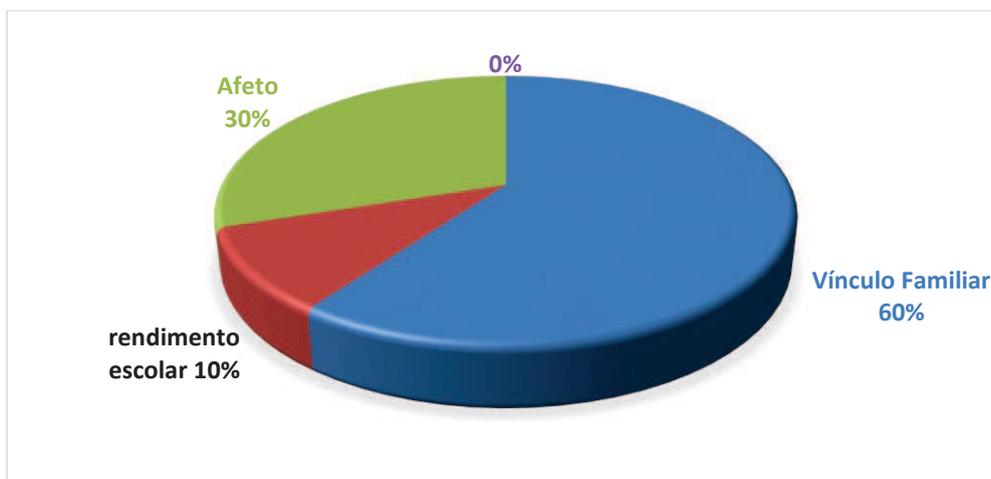
A narrativa oral do entrevistado demonstra o sentimento positivo em relação às atividades que têm acesso na Casa do Estudante e, apesar de não especificar uma que tenha mais importância na sua vida, o acolhimento da instituição foi relevante para o jovem, e isto corrobora o consenso com o serviço de fortalecimento de vínculo, caracterizando-se como um espaço acolhedor, que “[...] cria oportunidades de acesso a direitos, estimula práticas associativas e as diferentes formas de expressão dos interesses”(BRASIL, 2009, p. 17).

No que concerne as atividades executadas na CAJU, 70% dos jovens que participaram de todas as atividades, em especial o teatro, conseguiram atingir os objetivos da CAJU, revelando que essa atividade teve um peso significativo na vida dos jovens e da família. Muitos também expuseram a importância que suas famílias têm, reconhecendo-as com um aporte afetivo nos vários momentos de suas vidas, como atesta alegremente a mãe de um dos jovens: “meu filho está mais disciplinado e organizado com os estudos. Ele também melhorou no relacionamento com a família”.

De acordo com o professor responsável pelas atividades de teatro na CAJU, no processo de avaliação de suas atividades junto aos jovens, identifica mudanças satisfatórias através dos acolhimentos: na postura dos usuários, na maneira como se relacionam com os demais usuários e no envolvimento com as atividades propostas, além dos constantes depoimentos dos jovens, familiares e profissionais.

Em relação ao fortalecimento de vínculo familiar experimentado e as mudanças apontadas pelos jovens que frequentam a CAJU, os seguintes dados foram observados:

Entrevista 2 - Vínculo familiar e a principal mudança.



Fonte: Autora.

No que tange ao vínculo familiar e escolar, 60% dos entrevistados consideram que a maior mudança pode ser percebida dentro da convivência familiar, 30% destacaram que estão mais afetivos com a família e 10% perceberam a melhoria no rendimento escolar. Confirmando esses resultados, outra entrevistada⁴ relata:

Depois que eu entrei na CAJU, me sinto mais tranquila, observo mais, antes eu respondia meus pais, agora eu ouço mais. Bom, acho que eu convivo melhor com eles hoje. E até na escola tenho mais paciência com meus colegas, meus vizinhos e até com meu padrasto! kkkk. Enfim, ouço mais as pessoas.

Por intermédio da entrevista realizada com a Assistente Social da CAJU, constatou-se que as atuações perante a família visam estrategicamente estimular e potencializar o desenvolvimento neste processo longo e delicado do vínculo, por meio de diversas atividades: grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, passeios (lazer), oficinas, eventos para população, atendimento individual e visita domiciliar.

A Assistente Social ressalta que o processo de fortalecimento de vínculo familiar que já está fragilizado não acontece de uma hora para outra, só por meio de reunião socioeducativa, eventos para as famílias, atendimentos individuais/coletivos, visitas domiciliares, entre outras práticas integrativas. No entanto, é necessário tempo, dedicação e compromisso de ambas as partes para que haja essa efetiva

⁴ Identificada com o nome de Azaleia.

transformação que tanto almejam as instituições e o cumprimento dos propósitos dos documentos que visam esses objetivos.

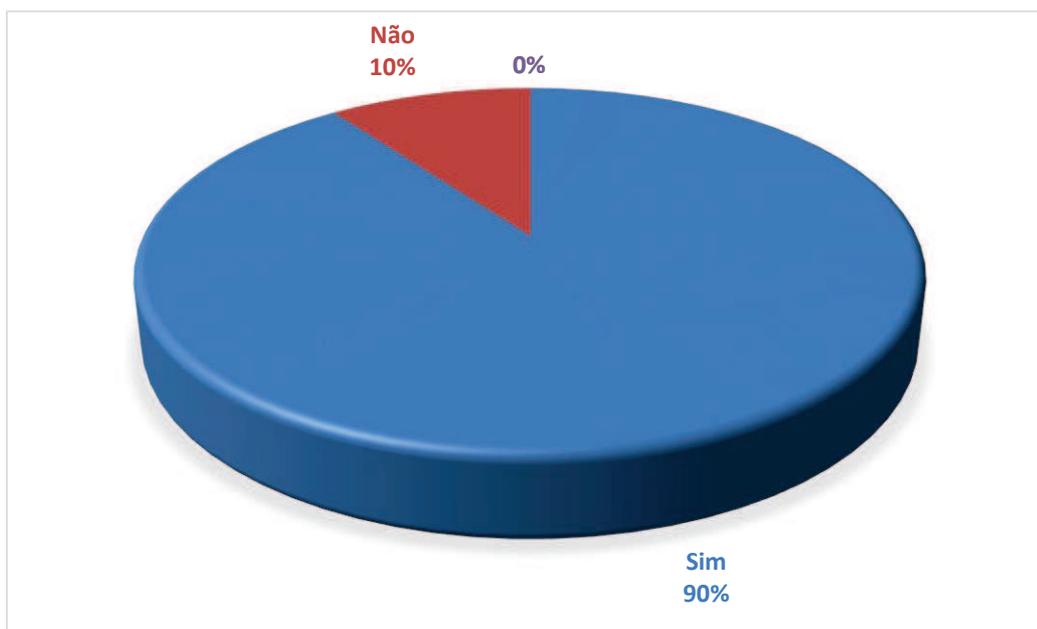
Ao ser questionado sobre o que é mais satisfatório no trabalho desenvolvido na CAJU, o coordenador do projeto diz: “considero o fortalecimento dos vínculos que a gente tem conseguido com as famílias e o fortalecimento pessoal dos jovens, assim como o posicionamento deles enquanto sujeitos”. Quando interrogado sobre o que avalia ser mais desafiador no trabalho na CAJU, ele revela: “O maior desafio é conseguir fortalecer os vínculos, tendo em vista que isso deve ser construído a cada dia, conseguir fazer com que identifiquem a necessidade de mudança e construam essa mudança”.

Os dizeres do coordenador se articulam com a proteção social básica prevista na PNAS (2004, p. 33) que tem como objetivo “[...] assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária”. Assim, considerando que o público usuário da política de assistência social seja o cidadão e os grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos, tais como famílias e indivíduos com perda de vínculo de afetividade, deve-se trabalhar da melhor forma essas situações de vulnerabilidade e buscar a promoção do desenvolvimento humano, por meio de ações que configuram a defesa da vida humana na dimensão social e ética.

Para tanto, é importante compreender a relação estabelecida no processo de aproximação e integração conforme prevê a lei:

O sujeito se constitui na relação com o outro e passa a dispor, por meio dessa relação, das conexões estabelecidas por outras pessoas tendo-as também como referência e contribuição para o coletivo. Assim, são relevantes as formas de intervenção que promovem encontros que afetam as pessoas, mobilizando-as e provocando transformações. No mesmo sentido, é importante destacar a relevância do contexto histórico nessa construção, pois as condições objetivas interferem diretamente na forma como as pessoas se constituirão como sujeitos sociais, ou seja, nas escolhas que farão ao produzir e reproduzir a vida social. (BRASIL, 2009, p. 17)

Entrevista 3 - Comunicação dos jovens com a família.



Fonte: Autora.

Os dados obtidos apontam que 90% dos entrevistados responderam de forma positiva aos estímulos de comunicação com a família, enquanto 10% não corresponderam ou não apresentaram melhoria de acordo com os familiares. Com relação a essa pergunta, outra entrevistada⁵ revela:

Uai, eu era uma menina assim, sei lá, meu Deus! Ai, acho que dei uma melhorada, eu brigava muito com minha mãe. Bom, tem coisas que quero fazer, ai conversei com minha família (mãe) primeiro ou, às vezes, dou na doida de fazer e depois falo, claro que nem tudo eu aceito, mas passei a achar maneiro as ideias deles. Tipo coisas de namorado, drogas, sexo, já até experimentei essas coisas, você sabe, né? Nem tudo falo.

O relato demonstra que, apesar de pouca confiança em sua família, procurar a mãe para conversar ou pedir apoio sobre alguma coisa atesta a relação estabelecida, mesmo que ainda fragilizada. A narrativa durante a entrevista mostra que as brigas com a família eram mais intensas e, atualmente, sente-se mais vontade de ficar perto, de falar sobre algo, alguém ou de alguém. Esse fragmento da entrevista retrata atitudes da adolescência, considera um período em que ocorrem momentos de confrontos entre pais e filhos, características próprias dessa fase, muitas vezes, expressadas através de comportamentos que definem o tom e o modo como vivenciam e enfrentam suas diversidades e suas experiências familiares.

⁵ Identificada com o nome de Begônia.

Nesse contexto, a comunicação entre os membros da família se torna fundamental para potencializar e auxiliar no estabelecimento de relações mais satisfatórias, agradáveis e saudáveis.

Observar-se, portanto, a importância da comunicação familiar nessa fase da vida, sendo perceptível que a mãe, embora tenha uma dupla jornada de trabalho, é a figura mais procurada para um entendimento sobre algo e ou apenas para um desabafo. Por isso, a orientação deve ocorrer, antes de tudo, com os pais e familiares, pois o processo de aproximação e de aceitação de conflitos deve ser partilhado entre as partes.

Em entrevista com a mãe de uma das jovens sobre a comunicação, ela⁶ foi enfática ao dizer que melhorou muito.

Minha filha ficou mais espontânea, divertida, deixou de ser inibida, tornou-se participativa nas atitudes e funções da casa. Antes não conversava comigo, estava sempre em companhias estranhas, entrava e saía sem dar qualquer aviso. Eu sofri muito. Por isso não quero que ela saia da CAJU, gosto muito do jeito que eles tratam a gente e nossos filhos, ela aprendeu muita coisa lá.

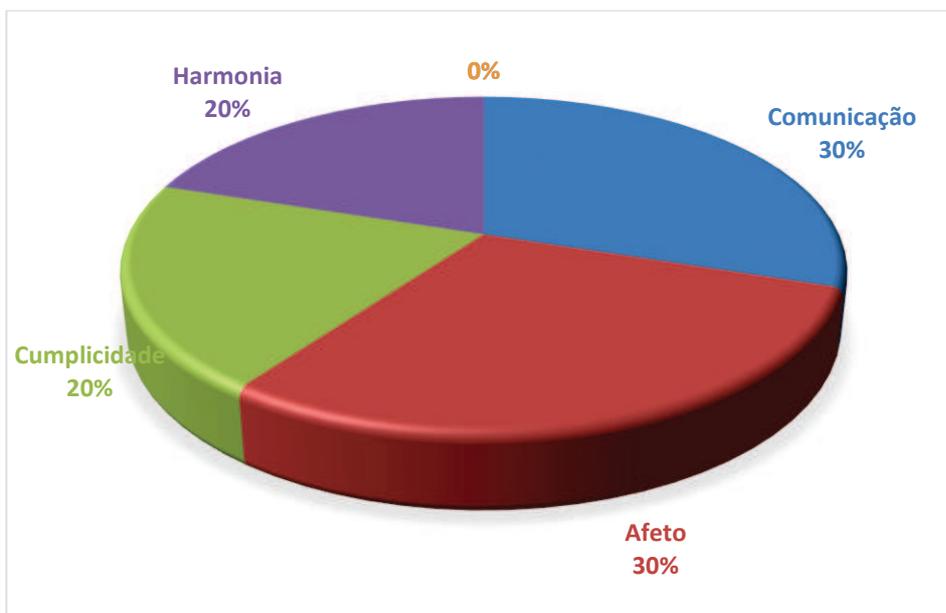
O estabelecimento do contato interacional e social entre as famílias e os jovens é uma prática elementar para qualquer desenvolvimento humano e social, e está em consonância com as responsabilidades da família, do Estado e da sociedade, constituindo-se como estratégia central no fortalecimento da convivência familiar e comunitária.

Segundo informações presentes na redação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária:

A importância da convivência familiar e comunitária para a criança e o adolescente está reconhecida na Constituição Federal e no ECA, bem como em outras legislações e normativas nacionais e internacionais, subjacente a este reconhecimento está a idéia de que a convivência familiar e comunitária é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não podem ser concebidos de modo dissociado de sua família, do contexto sócio-cultural e de todo o seu contexto de vida. (BRASIL, 2006, p.20).

⁶ Identificada com o nome de Violeta.

Entrevista 4 -Relacionamento familiar.



Fonte: Autora.

Os entrevistados destacaram que houve melhora significativa no relacionamento, observada pelo equilíbrio percentual dos dados obtidos, afirmando ser os principais aspectos para 30% deles a comunicação e o afeto e, em segundo lugar, a harmonia e a cumplicidade (20%). Apesar disso, estudos mostram a dificuldade na edificação de bases sólidas e princípios familiares. Ou seja:

A construção de uma concepção de fortalecimento de vínculos no âmbito da proteção básica de assistência social se anuncia e se configura como um desafio de extrema relevância porque contribui com a sedimentação do entendimento de que lidar com vulnerabilidades do campo relacional é uma responsabilidade pública e que, uma política que busca combater desigualdades e promover o desenvolvimento humano tem um papel central nesse diálogo, pois o trânsito do ambiente individual para o social é a raiz fundante da política pública que exige seu distanciamento da mediação de benemerência ou da caridade. (SPOSATI, 2009, p. 27).

Assim, a partir da Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos compreende-se que “[...] vínculos fortalecidos é o resultado do trabalho social que intervém nas situações de vulnerabilidades relacionais produzindo proteção socioassistencial” (BRASIL, 2012, p.35). Nesse sentido, observa-se que a concretização do fortalecimento de vínculo estabelecida pelos profissionais da CAJU, por meio de visitas realizadas, se efetivou, e a comunicação e o afeto foram os indicadores que orientaram um conjunto de estratégias no campo individual e

coletivo, permitindo a identificação e a qualificação dos resultados no exercício profissional e nos desafios da política.

Na exposição feita pela Assistente Social, fica claro que as visitas realizadas mensalmente são de suma importância para identificar a melhoria relacional entre as famílias, mostrando que indicadores como a comunicação e o afeto representam o sentimento entre eles e contribuem positivamente para as relações diárias. Para a profissional, as relações podem ser produtivas por promoverem a colaboração na realização dos desafios cotidianos, por criarem laços entre pessoas ou grupos durante a realização de tarefas e atividades. Estes laços são capazes de proteger as pessoas mostrando com quem podem contar e comemorar suas realizações.

Diante da perspectiva da Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

Algumas relações de parentesco são fonte de afeto e apoio ordinário; parte das relações de parentesco traz uma dimensão afetiva e apoiadora no cotidiano capaz de proteger os indivíduos e/ou grupos. Há aqui o reconhecimento de que não são todas as relações familiares que são capazes de proteger, e que aquelas que apresentam laços positivos e presença afetiva e ordinária precisam ser identificadas e valorizadas. Evidencia-se que os elementos fortalecedores são o gostar e apreciar o outro, além de contar com ele para questões prosaicas do cotidiano. (BRASIL, 2012, p. 35-36).

O documento reforça que, ao analisar esse indicador de fortalecimento de vínculo, pressupõe-se que seja realizado o mapeamento das relações familiares para saber quais necessitam ser fortalecidas e intensificadas. Relações com amigos, fontes de afeto, a valorização e o prazer de viver juntos contribuem. Do mesmo modo,

[...] as relações entre pessoas que se aproximam por contingências da vida e que estabelecem afinidades eletivas, interesses comuns e um cotidiano partilhado são capazes de construir proteção. A amizade é um tipo de relação sempre positivada, pois quando algo rompe este laço, as pessoas não se reconhecem mais como amigas. Os elementos que fortalecem os laços são o gostar e apreciar o outro, gostos e interesses comuns e o prazer de ser gostado, admirado por outro, ou seja, um conjunto de evidências de reciprocidade. (BRASIL, 2012, p. 36).

Por esse e outros motivos, é importante destacar que “[...] reconhecer e valorizar as relações de amizade em situação de vulnerabilidade pode ser uma oportunidade de redução de risco e ampliação de proteção” (BRASIL, 2012, p. 36),

pois o diálogo, as conquistas e o aprendizado compartilhado, coletivizados, agregam sentimento de pertencimento.

As pessoas aprendem umas com as outras, exercitam o diálogo e se entendam e também conquistam aquilo que desejam. Estes processos de luta por demanda e interesses comuns e de ver se como igual são capazes de proteger indivíduos e/ ou grupos, etc. (BRASIL, 2012, p. 37).

“Neste processo existem conflitos e muitos problemas a serem enfrentados, mas eles são fortalecedores e precisam ser mapeados, promovidos e valorizados”. (BRASIL, 2012, p. 37). Dessa forma, em relação ao fortalecimento de vínculo familiar, tem-se nos profissionais da política de assistência social a fonte de referência de continuidade no enfrentamento das situações de vulnerabilidades - construída a partir de conhecimentos técnicos associados a um posicionamento ético, que atende as demandas de proteção das pessoas como direito a ser garantido e é capaz de agir de forma acolhedora, compartilhando decisões e valorizando a autonomia dos usuários.

Quanto à concretização do fortalecimento de vínculo familiar, 70% dos jovens afirmaram que melhoraram a vida com o teatro, e a principal mudança foi o vínculo familiar, destes, 30% consideram a comunicação e o afeto com seus familiares uma das principais mudanças. Os pais e/ou responsáveis pelos jovens também foram enfáticos ao afirmarem sua satisfação com o atendimento na Casa da Juventude, sendo que 90% disseram que a vida dos jovens melhorou significativamente, pois passaram a demonstrar mais interação familiar, afetividade e compromisso com as responsabilidades que lhes são atribuídos, desde a instituição de atendimento até a instituição familiar, o que também contribuiu para sua autonomia social.

É possível afirmar que o conjunto de atividades e ações que a CAJU desenvolve ajuda a fortalecer os vínculos familiares e sociais, pois são ações políticas que, estrategicamente, contribuem para identificar as vulnerabilidades sociais e relacionais. Métodos de acolhida coletiva, individual, em grupo, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos são desenvolvidos e aprimorados constantemente, visando ampliar ferramentas de intervenção que minimizem as vulnerabilidades e possibilitem conquistar a proteção socioassistencial.

Nesse sentido, é importante destacar que trabalhar os afetos simplesmente não reduz as posturas mais sensíveis ou delicadas, pois não se trata de características pessoais a serem buscadas, é necessário desenvolver o conhecimento com o rigor teórico e metodológico sobre o impacto que a vivência de sofrimento traz para as pessoas, implicando conhecer e aprofundar os debates sobre a desigualdade para além de sua expressão econômica. É a construção do conhecimento e a sistematização dos saberes produzidos na intervenção profissional, com base na humanização política, que possibilita certa apropriação deste cotidiano vivido e o domínio dos processos de exclusão/inclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nesta pesquisa, buscou-se conhecer a eficácia da atividade teatral na prática de fortalecimento de vínculos familiares de jovens e adolescentes fragilizados da Casa do Estudante Pe. Burnier (CAJU), no município de Goiânia-GO, por meio de entrevistas com profissionais da instituição, pais e jovens, a fim de compreender como se dá o fortalecimento de vínculo familiar e quais são as estratégias propostas em conformidade com as leis vigentes.

Importa destacar que a realização de trabalhos socioeducativos não pode ser compreendida como ações padronizadoras para “consertar” as pessoas, mas como atuações que apresentam conteúdo compatível com a realidade social vivenciada por cada família, na busca de despertar e conquistar a emancipação, a autonomia, a visão crítica da realidade, estimulando projetos de vida e perspectivas de mudanças.

Sendo assim, observou-se que toda a equipe da CAJU preserva a postura ética frente às diversas demandas apresentadas pelas famílias, pois não deixam seus valores e suas crenças influenciarem. Dessa forma, preocupam-se com a preservação das famílias e suas diversas histórias de vida, com o intuito de não deixar que a culpabilização da família, por sua situação de pobreza, desemprego, dentre outros, impeça o desenvolvimento do projeto.

Ao realizar suas ações direcionadas pela ótica do Direito, a equipe da CAJU procura compreender a diversidade das demandas familiares. Para isso, realiza o planejamento prévio dessas ações e a elaboração de uma metodologia para que o trabalho com essas famílias apresente resultados voltados à construção de respostas de cidadania e dignidade. Tal encaminhamento corrobora com a política de assistência social, e não com as práticas do assistencialismo.

Assim, verificou-se que a arte materializada pelo teatro alcança uma nova dimensão na vida humana, que articula de modo estratégico a intervenção social, permitindo aos jovens o seu reconhecimento como sujeitos de direitos, possibilitando um processo contra-hegemônico no contexto da alienação. Da mesma forma, ao produzir de modo livre algo que reflita a sua essência, o jovem homogeneíza suas forças dispersas no cotidiano, o que contribui para a percepção da realidade vocalizando suas demandas. Sendo assim, o teatro possibilita aos jovens a reflexão crítica sobre seu cotidiano, construindo conhecimento sobre sua própria realidade.

Pensada como estratégia de intervenção social na CAJU, a arte do teatro mostrou-se em conformidade com a concepção de proteção social, que se organiza de “[...] modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertencimento, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária” (BRASIL, 2009, p.16). Essa organização de proteção social básica concretizou-se mediante um conjunto de indicadores pautados no reconhecimento de algumas relações de cidadania com os profissionais da assistência social e de território. Tais vínculos de pertencimento com o espaço-temporal e social aliam o meio físico humano e não humano (ambiente) em que as tramas das relações cotidianas, seus modos de vida, compõem o cenário e as histórias ali vividas.

Nessas tramas cotidianas, foi possível presenciar momentos cruciais encenados pelos jovens, de modo a desvelar a realidade vivenciada em seu cotidiano em situações de violação e garantia de direitos. Ao entrar em cena com os entrevistados, foi possível perceber o confronto e as formas de violação de Direitos Humanos, e, sobretudo, as formas de enfrentamento dessas violações.

Durante as práticas artísticas, muitos encenaram possibilidades de se destacarem e tornarem sujeitos autônomos. Vale frisar que essa “proteção” aos jovens e adolescentes entre si demonstra, de forma positiva, sua maior participação na sociedade, fazendo-os contar com a proteção social e serem atores na realidade, respondendo às convocações com atitudes eficazes no cotidiano.

O mergulho com base na proteção social das demandas de vulnerabilidade social, por parte da instituição, evidencia, também, o papel político e ideológico atribuído em detrimento dos direitos que deveriam se efetivar no âmbito da seguridade social. Para tanto, a assistência social assume o papel principal de política social e, taticamente, cumpre a função de política pacificadora frente à vulnerabilidade social. No entanto, apesar dessa política não estar regularizada e responder apenas a parte das necessidades sociais dessa população, não se pode esperar que a assistência social seja capaz de solucionar todas as demandas de redução de desigualdades socioeconômicas, haja vista que são expressões da sociedade capitalista determinadas pela apropriação desigual da riqueza entre as classes.

Neste sentido, pode-se concluir que o fortalecimento de vínculo familiar dentro da CAJU cumpre com o objetivo proposto pela Política de Assistência Social. Os

resultados desta pesquisa mostram adolescentes e jovens mais autônomos, com acesso a serviços socioassistenciais e setoriais, em especial a cultura, o esporte e o lazer, com informações sobre direitos e participação cidadã, que estimulam o seu desenvolvimento e o seu protagonismo.

As possibilidades de acesso às experiências diversas, às manifestações artísticas e culturais, sem dúvida, permitiram que os jovens manifestassem seus sentimentos mais íntimos, suas alegrias e tristezas, a partir de trocas de vivências que fortaleceram o respeito, a solidariedade e os vínculos familiares e comunitários.

Logo, as informações obtidas nesse estudo e as considerações expostas têm como premissa instigar novas pesquisas e discussões sobre o tema, que necessita ser mais aprofundado, trazendo novos recortes e ou identificando novos desafios. Desse modo, buscou-se contribuir com as fragilidades dos adolescentes e jovens da CAJU, sobretudo, no que diz respeito às formas de enfrentamento, para garantir mudanças que tragam benefícios aos adolescentes/jovens e suas famílias com base nos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossete; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BRASIL. *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/SNA)*. Brasília, 2012.

_____. Constituição (1988). Lex: Legislação federal. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos Complementar. Brasília, 1988;

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente (1990). Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

_____. Lei nº 8.742 de 07/12/1993. Lei Orgânica Nacional (LOAS). Regulamenta os artigos 203/204 da Constituição Federal, dispondo sobre sua organização dentro de um sistema descentralizado e participativo. Brasília, DF, 1993.

_____. Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS, 2004 e Norma Operacional Básica – NOB-SUAS, Brasília-DF, 2005.

_____. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS/2005. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 27, de 24 de fevereiro de 2005.

_____. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, 2006.

_____. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU, 28 out. 2004.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2009.

CASA DO ESTUDANTE PE. BURNIER. Instituto de Formação, Assessoria e Pesquisa Juvenil (CAJU). Relatórios. Goiânia: CAJU, 2014.

_____. Instituto de Formação, Assessoria e Pesquisa Juvenil (CAJU). Juventude sempre viva: fortalecendo vínculos e trilhando caminhos para a cidadania. *Plano de Ação*, Goiânia, 2015.

CASTEL, Robert. *A metamorfose da questão social: uma crônica do salário*. Trad. de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CENTRO DE ESTUDOS DE METRÓPOLE. Editoriais. São Paulo: Agência USP, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, Sueli G. Assistência social como política social. In: *Políticas sociais no Brasil*. Brasília, Sesi-Diaz, 1993.

COUTO, Berenice Rojas; YASBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. *O sistema único de assistência no Brasil: uma realidade em movimento* (Org.). Ed. Cortez, 2012.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, 2003.

HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções (1789-1848)*. 19 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005a.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. Trad. de Luciano Costa Neto. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005b.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. 11 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IAMAMOTO, M. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. *A questão social no capitalismo*. Temporalis, n. 3. Brasília: Abepss/Grafline, 2001

_____; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico/metodológica*. 10 ed. São Paulo, Cortez/CELATS, 1995.

IANNI, O. A dialética da história. In: D'INÇÃO, Maria Ângela (Org.) *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989.

IBGE; IPEA. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil-2002. Primeiro perfil da área baseado em informações oficiais, realizado em parceria com Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)*. Rio De Janeiro, 2004.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Conversando sobre educação em valores humanos*. 3 ed. São Paulo: Petrópolis, 1999.

_____. *Serviço social e alienação*. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.

MARX, K. *O 18 brumário de Luiz Bonaparte*. Lisboa: Estampa, 1976.

_____. *O capital: crítica da economia política*. 3 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MESTRINER, Maria Luiza. *O estado entre a filantropia e a assistência social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Perícia social: proposta de um percurso operativo*. Serviço Social & Sociedade, n. 67, mar./jun./set./dez. 2001.

MONTANO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. *A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. P. *Política social: temas & questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Josiane Soares. *Questão social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.

SCHERER, Giovane Antônio. *Serviço social e arte: juventude e direitos humanos em cena*. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. Maisa. *A concepção da política de assistência social e sua efetivação em municípios goianos: o novo jargão e o conservadorismo renitente*. Tese (Doutorado em Política Social). Brasília: UnB, 2012.

SOUZA, Regina Magalhaes de. *O discurso do protagonismo juvenil*. São Paulo: Ed. Paulus, 2008.

SPOSATI, Aldaiza, BONETTI, Dilsea Adeodata; YAZBEK, Maria Carmelita; CARVALHO, Maria do Carmo. *A assistência na trajetória das políticas brasileiras: uma questão em análise*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSATI, Aldaiza. *Desafios dos sistemas de proteção social*. São Paulo: Le Monde Diplomatique, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Arguvm, 2009.

TEIXEIRA, Carmem Lúcia. *Projeto político pedagógico da Casa da Juventude Padre Burnier*. Goiânia: CAJU, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1992.

UNESCO. *Políticas públicas de juventude*. Brasília: Unesco, 2004.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria no Brasil de Getúlio a Geisel*. São Paulo, Cortez, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. *A assistência social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Instituto Polis, PUC-SP, 2004. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo).

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

1. A sua relação familiar melhorou depois que começou a frequentar a oficina de teatro na casa da juventude?
 - 1.2 Se sim, em que melhorou?
2. O que você aprendeu nessa oficina de teatro até aqui?
3. A participação de seu filho na oficina de teatro na Casa da Juventude modificou a relação dele com a família?
4. E a relação com a escola, vizinhos, comunidade, no futebol e outros familiares. Também sofreu mudanças?

ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa sob o título “Teatro: Instrumento de Fortalecimento de Vínculo Familiar e Social” e seus pais permitiram que você participasse. Meu nome é Ana Paula de Souza Baganha, sou a pesquisadora responsável, mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. O objetivo da pesquisa é analisar se o teatro está contribuindo para o fortalecimento de vínculo com seus familiares. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir. A pesquisa será feita na Casa da Juventude, dentro da oficina de teatro, local onde você está inscrito. Para isso, será usado como material um gravador, que possibilitará a pesquisadora transcrever sua fala, que ficara armazenada por cinco anos em *pendrive*, CDs e no computador, acessada somente por mim e por meio de senha.

A pesquisa é considerada seguro, mas é possível haver um risco mínimo, tais como mal-estar, desconforto e ou constrangimento. Caso aconteça algo errado, você pode entrar em contato pelo telefone **93033531** da pesquisadora **Ana Paula de Souza Baganha**. Os benefícios dessa pesquisa se dá no momento de poder expressar sobre as mudanças individuais e sociais que você adquiriu ou não junto a seus familiares e a sociedade, após fazer parte da oficina de teatro. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar o nome do participante da pesquisa ou qualquer outro dado que favoreça sua identificação. Quando terminarmos a pesquisa, a divulgação dos resultados será apresentada em ambientes acadêmicos que tenham relação com o tema, tais como congressos, simpósios, seminários e mostras. Os resultados ficarão disponíveis nos centros de pós-graduação e pesquisas da PUC-Goiás, Casa da Juventude e na Biblioteca Central da PUC, locais

em que atuam a pesquisadora e os participantes colaboradores desta pesquisa, em formato de dissertação para consultas acadêmicas e aos interessados pelo tema.

Eu _____ aceito participar da pesquisa (Teatro: Instrumento de Fortalecimento de Vínculo Familiar e Social), que tem objetivo de analisar o teatro como contribuição para o melhor convívio familiar e social das crianças e adolescentes inscritos na oficina de teatro dentro da Casa da Juventude.

Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Goiânia, ____ de _____ de _____.

Assinatura do menor

Assinatura da pesquisadora

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Autorização)

O senhor(a) está sendo convidado para autorizar entrevistas com seus filhos, que participam da oficina de teatro na Casa da Juventude. A entrevista atenderá ao Projeto de Pesquisa sob o título “Teatro - Instrumento de Fortalecimento de Vínculo Familiar e Social na casa da Juventude (CAJU), uma Associação Jesuíta de Educação e Assistência social, no município de Goiânia-GO, no período de 2013 a 2014. Meu nome é **Ana Paula de Souza Baganha**, sou a pesquisadora responsável, mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de autorizar seus filhos a fazer parte desta pesquisa, e os mesmos também concordarem, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Em caso de recusa, você não será penalizado(a). Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável **Ana Paula de Souza Baganha**, ou com a orientadora da pesquisa Prof.^a Dr.^a **Maria José Pereira Rocha**, pelo telefone **(62) 3224-4346**, ou através do e-mail: **anapaulabaganha@hotmail.com**. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada à pesquisa, você poderá procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, localizado na Avenida Universitária, nº 1069, Setor Universitário, Goiânia, Goiás, pelo telefone (62) 3946-1512.

Esta será uma pesquisa que possibilitará a discussão sobre o fortalecimento de vínculo familiar e social de crianças e adolescentes que participam do projeto social e cultural dentro da Casa da Juventude, no município de Goiânia. A pesquisa acontecerá na instituição com os participantes da oficina de teatro, o que permitirá aos participantes a sua fala sobre as mudanças de vida familiar após participar da oficina de teatro.

Neste sentido, a política de Assistência Social se justifica pela problemática social existente em nosso País, contudo, ela é prioridade para o enfrentamento da questão social que utiliza várias estratégias de atendimento a crianças, adolescentes e jovens que não têm acesso à arte e à cultura. Para tanto, o objetivo da pesquisa é analisar a efetividade da política social, que utiliza como estratégia o teatro, contribuindo para o fortalecimento de vínculo familiar e social, previsto na política de assistência social no sentido de possibilitar uma visão de mundo voltada para a transformação socioeconômica e cultural.

Os procedimentos dessa pesquisa serão realizados por meio de questionários, que deverão ser respondidos em aproximadamente 30 minutos. Posteriormente, faremos perguntas que poderão ser respondidas livremente. As perguntas referem-se a situações cotidianas dos jovens e familiares, permitindo que exponham a contribuição positiva ou negativa com relação às estratégias que a Casa da Juventude utiliza com as crianças e adolescentes para proporcionar fortalecimento de vínculos familiares e social. O material utilizado será um gravador, pois permitirá a pesquisadora posteriormente transcrever os dados para a dissertação. Para maior segurança, todas as informações serão armazenadas em *pendrives*, CDs e computador. O acesso a essas informações somente acontecerá por meio de senhas e ainda ficarão arquivadas por um período de cinco anos.

Entende-se que toda pesquisa oferece risco, nesse estudo, considera-se um risco mínimo, havendo possibilidade de certo desconforto e/ou constrangimento devido às perguntas que serão realizadas. Eu, pesquisadora, irei proceder sempre com cautela, verificando os limites do participante de modo a minimizar a possibilidade de eventuais riscos. No entanto, ao perceber qualquer desconforto, a pesquisa será interrompida e fica garantida assistência integral e gratuita ao participante para todo e qualquer dano advindo de sua participação neste estudo, seja ele imediato ou tardio.

Quanto aos benefícios dessa pesquisa, será possível verificar a existência ou não de fortalecimento de vínculo familiar e social com os participantes, além de promover reflexão, entendimento, consolidação e efetivação da política de assistência social. Não haverá ressarcimento e ou custo, pois os questionários serão realizados dentro da Casa da Juventude, na oportunidade em que os participantes estarão frequentando a oficina de teatro.

Caso, o participante da pesquisa sinta-se prejudicado, poderá recorrer em termos legais, ficando a pesquisadora responsável passivo de decisão judicial.

Os resultados dessa pesquisa serão apresentados em ambientes acadêmicos que tenham relação com o tema, tais como congressos, simpósios, seminários e mostras, e ficarão disponíveis no PPSS/NUPESC/PUC Goiás, Casa da Juventude-CAJU e na Biblioteca Central da PUC, locais em que atuam a pesquisadora e os participantes colaboradores desta pesquisa, disponível em formato de dissertação para consultas acadêmicas e aos interessados pelo tema. Ressalta-se também que as informações obtidas serão utilizadas como contribuição e análise na elaboração da dissertação, sendo a identidade dos participantes colaboradores da pesquisa preservada.

Por fim declaro que cumprirei com legitimidade o item 4.3 da Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/12.

Eu, _____ RG n.º _____, abaixo assinado, discuti com a pesquisadora Ana Paula de Souza Baganha sobre a minha decisão em autorizar a participação de meu filho nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha autorização é isenta de despesas e que meu filho tem garantia do acesso à assistência integral e gratuita, quando necessário. Concordo em autorizar meu filho para participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu atendimento neste serviço.

Goiânia, ____ de _____ de 2014.

_____/_____/_____.
Assinatura do responsável pela Criança/Adolescente Data

_____/_____/_____.
Assinatura da responsável pelo estudo Data